

Apresentação

O Boletim Econômico Capixaba é uma publicação mensal do Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies), entidade da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e apresenta as principais análises e indicadores da economia brasileira e capixaba.

Inicialmente é trazido o **Sumário Executivo**, que reúne as principais informações de cada seção do Boletim permitindo uma visualização mais rápida do panorama geral da conjuntura econômica do mês.

Este mês não haverá a Seção de Destaque, o que leva a publicação a ser iniciada na seção **Atividades Econômica**. Essa primeira seção aborda os dados sobre a pandemia de Covid-19, as expectativas para o PIB de 2021 e os indicadores conjunturais dos setores econômicos no Brasil e no Espírito Santo. A seção conta, ainda, com **dois boxes especiais**, um sobre as medidas socioeconômicas do Governo do Espírito Santo no enfrentamento à pandemia em 2021 e outro sobre os resultados da InfraWeek.

Na segunda seção – **Desempenho Industrial** – são analisados os dados de fevereiro para a produção física brasileira e capixaba. A seção ainda aborda os últimos dados divulgados referentes à produção de petróleo, gás natural e pelotas de minério de ferro, às exportações do setor industrial, às cotações das principais commodities produzidas no estado, às expectativas dos industriais capixabas e ao consumo e produção de energia elétrica.

A quarta seção – **Preços, Juros e Crédito** – traz os números sobre a inflação do Brasil e da Grande Vitória, as taxas de juros, o spread e a inadimplência, além dos montantes de crédito no país e no estado.

A quinta seção – **Finanças Públicas Estaduais** – analisa os números das receitas e despesas realizadas pelo Governo do Estado de janeiro a março.

A última seção apresenta os **Comentários Finais**.

Por fim, estão dispostos as informações complementares em gráficos e tabelas que auxiliarão na leitura e no entendimento do boletim nos **Anexos 1 e 2**.

Além deste documento com as análises completas, o Ideies disponibiliza todo os gráficos e tabelas deste Boletim em formato de planilha, possibilitando uma outra forma de visualizar e interagir com os dados. Você pode baixar o arquivo em: <https://bit.ly/2PlecBO>

Acesse toda a produção de estudos e informações do Ideies no nosso portal: <https://portaldaindustria-es.com.br/>.

Ótima leitura!

Seções

Sumário Executivo	02
1. Atividade Econômica	06
2. Desempenho Industrial	15
3. Preços, Juros e Crédito	21
4. Finanças Públicas Estaduais	30
5. Comentários Finais	35
Anexos	36

Sumário Executivo

Em abril, a situação epidemiológica da Covid-19 no Brasil continuou preocupante, com registros da média móvel diária acima de 2 mil óbitos, apesar da tendência de queda registrada ao final do mês. No Espírito Santo, o mapa de risco semanal apresentou uma leve melhora geral na última semana de abril com a redução no número de municípios em situação de risco extremo, contudo, dos 78 municípios capixabas 50 se encontram em risco elevado e nenhum em risco baixo, demonstrando a permanência de cautela quanto à contaminação pela Covid-19. **A notícia positiva é que o estado apresenta uma das maiores taxas de aplicação da 1ª dose da vacina contra a Covid-19, que até o momento atingiu 16,7% da população capixaba.**

Em relação aos indicadores econômicos, os dados divulgados em abril se referem a fevereiro e a março e, portanto, não captam os efeitos das medidas mais restritivas adotadas a partir do agravamento do quadro sanitário do país. Em fevereiro, os indicadores de atividade econômica do Banco Central, acumulados em 12 meses, reduziram em -4,02% para o Brasil e em -3,93% para o Espírito Santo. No primeiro bimestre do ano, o IBC-Br ficou em 0,23% e o IBCR-ES ficou em 0,09% em relação ao mesmo período do ano passado. E na passagem de janeiro para fevereiro, a atividade econômica avançou 1,70% no Brasil e 2,49% no Espírito Santo, na série com o ajuste sazonal.

Tabela – Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Fev. 2021 / Jan. 2021 ¹	Fev. 2021 / Fev. 2020	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	1,70	0,98	0,23	-4,02
Índice de atividade econômica regional ES	2,49	-0,11	0,09	-3,93
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	-0,7	0,4	1,3	-4,2
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	4,6	-10,1	-9,3	-14,1
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	0,6	-3,8	-2,1	0,4
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	1,5	1,0	2,2	4,1
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - Brasil	4,1	-1,9	-2,5	-2,3
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - ES	4,5	8,2	4,5	3,6
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	3,7	-2,0	-3,5	-8,6
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	1,3	0,1	0,0	-7,0

¹ Valores com ajuste sazonal ² Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Elaboração: Ideies / Findes

Especificamente sobre o desempenho da indústria, a produção física da indústria brasileira contraiu -4,2% no acumulado dos últimos 12 meses até fevereiro. No Espírito Santo, a produção industrial retraiu -14,1% no período, puxada, principalmente, pela indústria extrativa (-28,0%).

Frente a janeiro de 2021, a indústria nacional recuou -0,7% na série com ajuste sazonal, interrompendo uma sequência de nove resultados positivos consecutivos e indicando sinais de desaceleração da trajetória de

recuperação iniciada em maio de 2020. No Espírito Santo, a indústria cresceu 4,6% nessa base de comparação, segundo melhor resultado entre os estados brasileiros pesquisados. O resultado no estado foi influenciado pelo aumento de 7,3% na indústria de transformação – puxada pelas variações positivas na metalurgia (20,2%), na fabricação de produtos alimentícios (12,1%) e em celulose, papel e produtos de papel (3,2%) – enquanto a extrativa retraiu -9,9%.

Tabela – Variação (%) da Produção Industrial, Brasil e Espírito Santo - fevereiro de 2021

Produção industrial	Fev 21/ Jan 21*	Fev 21/ Fev 20	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Brasil				
Indústria geral	-0,7	0,4	1,3	-4,2
Indústrias extrativas	-4,7	-6,7	-3,0	-2,5
Indústrias de transformação	-0,2	1,2	1,9	-4,4
Espírito Santo				
Indústria geral	4,6	-10,1	-9,3	-14,1
Indústrias extrativas	-9,9	-31,2	-22,8	-28,0
Indústrias de transformação	7,3	4,2	-0,4	-2,8
Fabricação de produtos alimentícios	12,1	-26,6	-25,0	-4,7
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	3,2	69,2	63,3	34,2
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-6,3	17,9	23,8	1,7
Metalurgia	20,2	0,5	-15,2	-19,6

(*) Dados dessazonalizados

Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

Sobre as principais atividades da indústria extrativa no Espírito Santo, no primeiro trimestre de 2021 a produção de petróleo e gás natural recuou -23,4% e a produção de pelotas de minério de ferro pela Vale S.A. contraiu -29,7% em relação ao mesmo trimestre em 2020. Vale ressaltar que nesse período o valor da exportação da indústria do estado avançou 17,0% em termos monetários, ao passo que a quantidade reduziu

em -13,8%. Essa valorização nas exportações está correlacionada com o aumento dos preços internacionais das commodities produzidas no estado. Em março de 2020, frente ao mesmo mês de 2020, houve aumento na cotação dos contratos futuros de minério de ferro refinado (89,6%), da bobina de aço (155,8%), do petróleo Brent avançou (179,4%) e do petróleo WTI (188,9%).

Gráfico – Evolução mensal das cotações do petróleo, Brent e WTI, e do minério de ferro



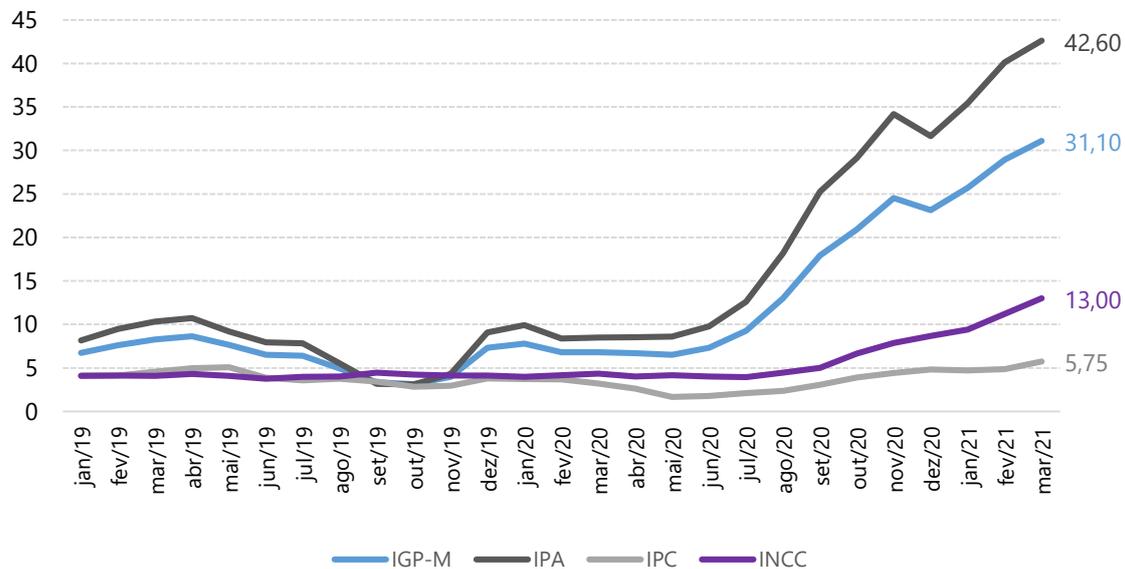
Fonte: Investing.com

Elaboração: Ideies/ Findes

As oscilações dos preços das commodities e da taxa de câmbio influenciam o comportamento dos preços da economia mensurados a partir do Índice Geral de Preços (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que aumentou 31,10% em 12 meses até março, principalmente influenciado pela alta de 42,60% no índice de Preços por Atacado (IPA). Nesse período, o índice de commodities (IC-Br) divulgado pelo Banco Central apresentou uma alta

de 66,00%, passando de uma média de R\$ 197,72 em março de 2020 para uma média de R\$ 328,22 em março de 2021. A taxa de câmbio nominal, por sua vez, tem apresentado uma tendência de depreciação desde o final do ano passado. A cotação média ao final de março foi de R\$/US\$ 5,64 e, para o mesmo período de 2020, representou uma depreciação nominal de 15,6%.

Gráfico – IGP-M e seus componentes – Variação (%) acumulada em 12 meses



O IPCA, indicador usual da inflação brasileira que capta o custo de vida médio das famílias brasileiras, continua pressionado pelos preços dos alimentos. Em 12 meses até março, o IPCA para o Brasil acumulou alta de 6,10% e permaneceu acima da meta estabelecida para 2021 (de 3,75% com intervalo de tolerância de +- 1,5 p.p.).

A análise por grupos de produtos e serviços revela que alimentação e bebidas (13,87%) e artigos de residência (9,70%) registraram as maiores altas do índice no período. O grupo transportes teve alta de 8,59%, pressionado pelos

preços dos combustíveis. A gasolina acumulou um aumento de 23,48% e o óleo diesel 17,10% no país. Na passagem de fevereiro para março, a inflação no país avançou 0,93%.

Na Grande Vitória, o IPCA subiu mais que a média do país, com alta de 7,03% em 12 meses e de 1,10% no mês. Os preços dos alimentos continuam pressionando o índice nos últimos 12 meses, seguido pelos grupos de artigo de residência (10,15%) e por transportes (10,14%).

Gráfico - IPCA por grupos de produtos e serviços | Variação acumulada em 12 meses (%)



Fonte: IBGE

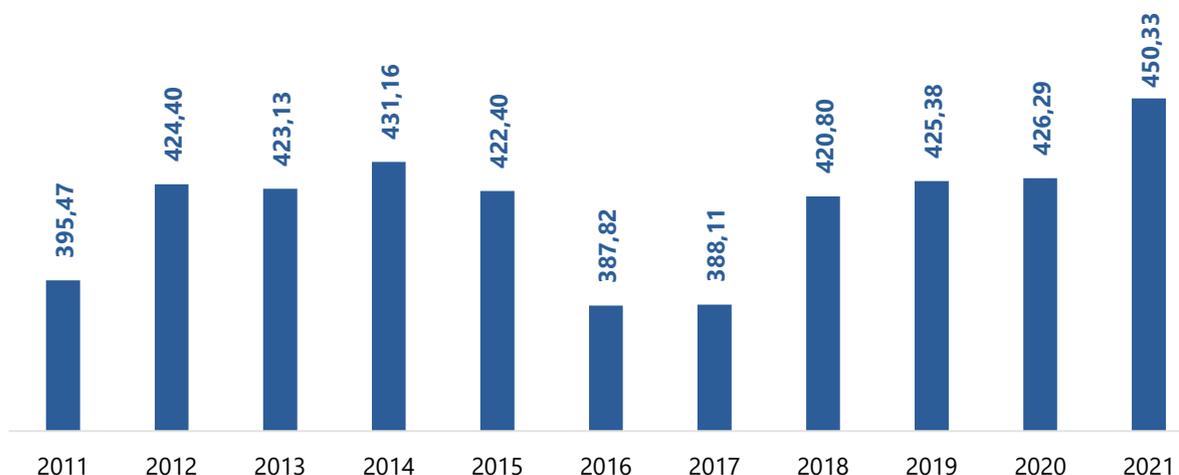
Elaboração: Ideies/Findes.

Sobre a arrecadação federal, outra variável importante no dimensionamento da atividade econômica do país, a Receita Federal arrecadou R\$ 450,33 bilhões no primeiro trimestre de 2021, acréscimo real de 5,64% em relação ao mesmo período do ano passado e o melhor desempenho para um primeiro trimestre de ano desde o início da série histórica em 1995.

Em âmbito estadual, a análise das contas públicas do Espírito Santo no primeiro trimestre de 2021,

diferentemente do quadro nacional, registrou queda de -5,2% no montante da arrecadação e uma redução mais intensa das despesas (-15,6%), em comparação com o mesmo trimestre de 2020. A queda das receitas foi puxada pelo item das demais receitas, devido à redução de -91,9% das receitas intraorçamentárias, ao passo que houve aumento de 13,2% nas transferências correntes e 10,6% na receita tributária, influenciada pelas elevações de 30,0% no ICMS da Indústria e 18,0% no ICMS do Comércio.

Gráfico - Arrecadação das Receitas Federais de janeiro a março – em R\$ bilhões (a preços de março de 2021)



Fonte: Ministério da Economia - Receita Federal
Elaboração: Ideies / Findes

1. Atividade Econômica

Em abril, o número de pessoas vacinadas (com todas as doses necessárias) contra a Covid-19 chegou a 3,41% da população mundial. De acordo com o levantamento da Universidade Johns Hopkins¹, entre os países que se destacam na imunização estão Israel (62,43% da população), União dos Emirados Árabes (51,38%), Reino Unido (50,22%) e Estados Unidos (43,00%). No Brasil, 46,3 milhões de doses do imunizante já foram administradas, sendo que 31,2 milhões de pessoas receberam a 1ª dose, o que representa uma taxa de 14,74% da população brasileira, e 7,15% as duas doses necessárias

Até o momento, o mundo registrou 150,6 milhões de casos de infecção pela Covid-19², sendo os Estados Unidos (32,3 milhões), a Índia (18,8 milhões) e o Brasil (14,6 milhões) os países com as maiores quantidades desses casos. O total de óbitos causados pela doença chegou a 3,2 milhões, com os Estados Unidos (575,2 mil), o Brasil (401,2 mil) e o México (216,4 mil) apresentando os maiores números acumulados. Em relação ao tamanho da população, o Brasil registra uma taxa de 188,7 óbitos por 100 mil habitantes, e para os Estados Unidos e o México esta taxa de letalidade encontra-se em 173,7 e 167,8, respectivamente.

Os dados sobre a vacinação no mundo (países selecionados) e nos estados brasileiros podem ser conferidos no Anexo I. Até o momento, o Espírito Santo recebeu 993,6 mil doses de vacinas, das quais 677,1 mil foram administradas na 1ª dose (cobertura de 16,66% da população do estado) e 241,5 mil foram administradas na 2ª dose (5,94% da população). O estado registra cerca de 434,9 mil casos de Covid-19 e 9,5 mil óbitos pela doença.

Mesmo com a ampliação da cobertura da vacinação em alguns lugares do mundo, o avanço do número de casos

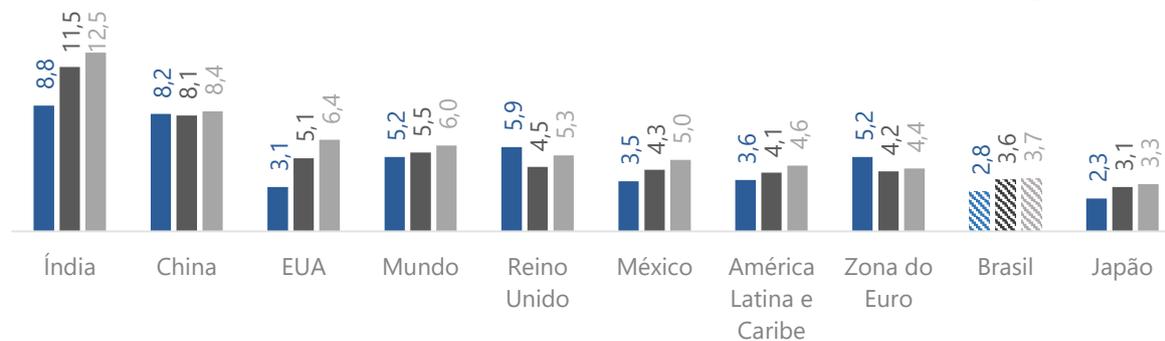
de Covid-19 continua a ser uma preocupação para o crescimento da economia em 2021. Após a retração econômica observada em 2020, estimada em -3,3% pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)³, a instituição apresentou novas revisões para o PIB mundial deste ano. As projeções divulgadas em abril ficaram em 6,0% para 2021, 0,5 p.p. acima do valor apresentado em janeiro, e em 4,4% para 2022, 0,2 p.p. acima do último relatório.

O FMI também ressaltou os impactos divergentes provocados pela pandemia sobre as diferentes economias. Aquelas mais intensivas no turismo e na exportação de commodities – e que antes da crise já possuíam uma situação fiscal e um sistema de saúde não favoráveis – tendem a ser mais impactadas. À medida que a vacinação aumenta e os sistemas de saúde voltam para a situação similar à pré-pandemia, as medidas de restrições podem ser flexibilizadas. Contudo, enquanto a pandemia continuar, os países devem primeiro priorizar os gastos com saúde e viabilizar as políticas de apoio fiscal e monetário, de acordo com o Fundo.

As projeções do FMI para o PIB do Brasil pouco mudaram em relação à última divulgação, passando de 3,6% para 3,7% em 2021 e permanecendo em 2,6% para 2022.

Já as expectativas de mercado para o PIB do Brasil apuradas semanalmente por meio do Boletim Focus do Banco Central, após recuarem por 7 semanas seguidas, chegando a 3,04%, subiram 0,5 p.p. e se encontram em 3,09% para o ano 2021, e mantiveram a estabilidade em 2,34% para 2022.

Gráfico 1 - Previsão do FMI para o crescimento do PIB em 2021 (%) – países e regiões selecionadas



Fonte: FMI
Elaboração: Ideies/Findes

¹ Veja em: <https://coronavirus.jhu.edu/vaccines/international>

² Acompanhe em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>

³ Veja mais em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2021/03/23/world-economic-outlook-april-2021>

No Brasil, os dados referentes ao PIB do 1º trimestre de 2021 estão previstos para serem apresentados em junho, de acordo com o calendário do IBGE. As informações mais recentes divulgadas em abril pelo Banco Central e pelo IBGE com relação às atividades econômicas referem-se a fevereiro. Vale ressaltar que esses dados não refletem o agravamento da crise na saúde provocado pela Covid-19 a partir de março, e que repercutiu sobre o endurecimento da aplicação das medidas restritivas pelo país. Em março e abril, algumas cidades anteciparam os feriados, houve a redução do funcionamento dos estabelecimentos considerados não essenciais e as aulas presenciais nas escolas foram novamente suspensas.

O indicador mensal de atividade econômica no Brasil do Banco Central, o IBC-Br, que pode ser interpretado como uma prévia do PIB, acumulou queda de -4,02% em 12 meses até fevereiro, influenciado pelos recuos acumulados na indústria (-4,3%), no comércio varejista ampliado (-2,3%) e nos serviços (-8,6%). No primeiro bimestre do ano, a atividade econômica do país ficou 0,23% acima do mesmo período do ano passado, balanceada pelos resultados positivos na indústria (1,3%) e negativos no comércio varejista restrito (-2,1%) e ampliado (-2,5%) e nos serviços (-3,5%). Na passagem de janeiro para fevereiro, o indicador avançou 1,70%, na série com o ajuste sazonal.

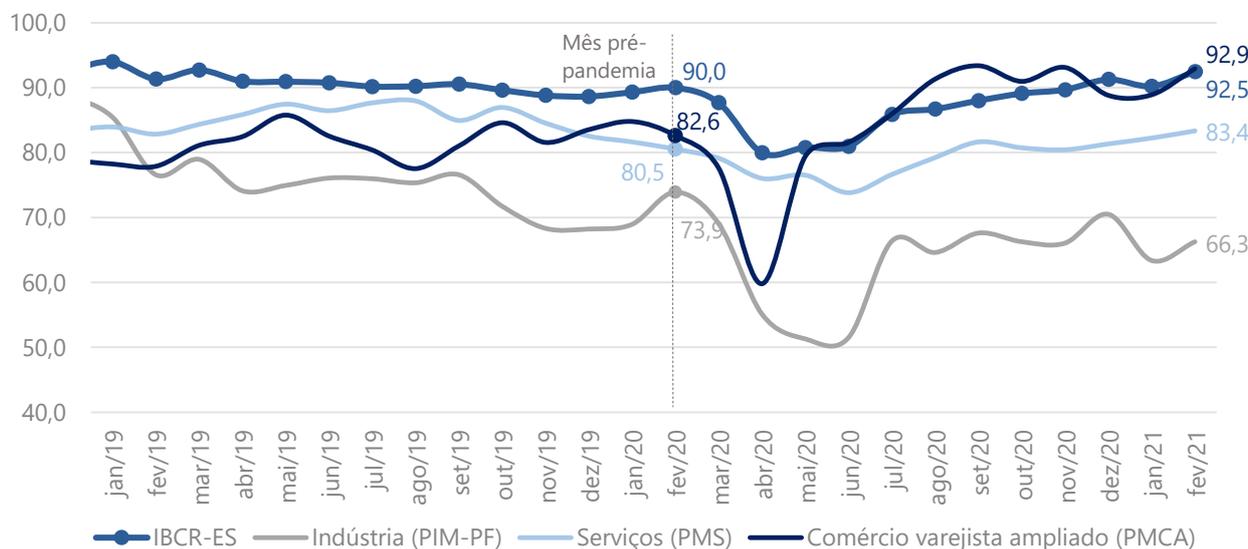
No Espírito Santo, o indicador de atividade econômica regional, o IBCR-ES, reduziu -3,93% em 12 meses até fevereiro, influenciado pelas contrações acumuladas na produção industrial

(-14,1%) e no volume de serviços (-7,0%), ao passo que as vendas no comércio varejista restrito e ampliado amentaram 4,1% e 3,6%, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. Os resultados positivos do comércio foram puxados pelo aumento no volume de vendas de material de construção (63,8%), de materiais para escritório (10,9%) e nos supermercados e de produtos alimentícios (8,9%), de artigos farmacêuticos (5,3%) de e vestuário (1,1%).

No primeiro bimestre do ano, a atividade econômica capixaba variou 0,09% e permaneceu praticamente estável em relação ao mesmo período de 2020. Nesta base de comparação, a produção industrial recuou -9,3%, os serviços permaneceram constantes (0,0%) e o comércio varejista restrito e ampliado avançaram 2,2% e 4,5%, respectivamente.

Na passagem de janeiro para fevereiro, o IBCR-ES aumentou 2,49%, descontados os efeitos sazonais, com avanços em todas as atividades econômicas no estado: indústria (4,6%), comércio restrito (1,5%) e ampliado (4,5%) e serviços (1,3%). Na série com o ajuste sazonal, apenas a indústria ainda não recuperou o nível de atividade pré-pandemia, situando-se 10,3% abaixo do patamar de fevereiro de 2020.

Gráfico 2 – Índices mensais de atividades da economia, Espírito Santo – com ajuste sazonal (dez/2012 = 100)



Fonte: Banco Central do Brasil e IBGE

Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 1 - Indicadores Econômicos (variações %)

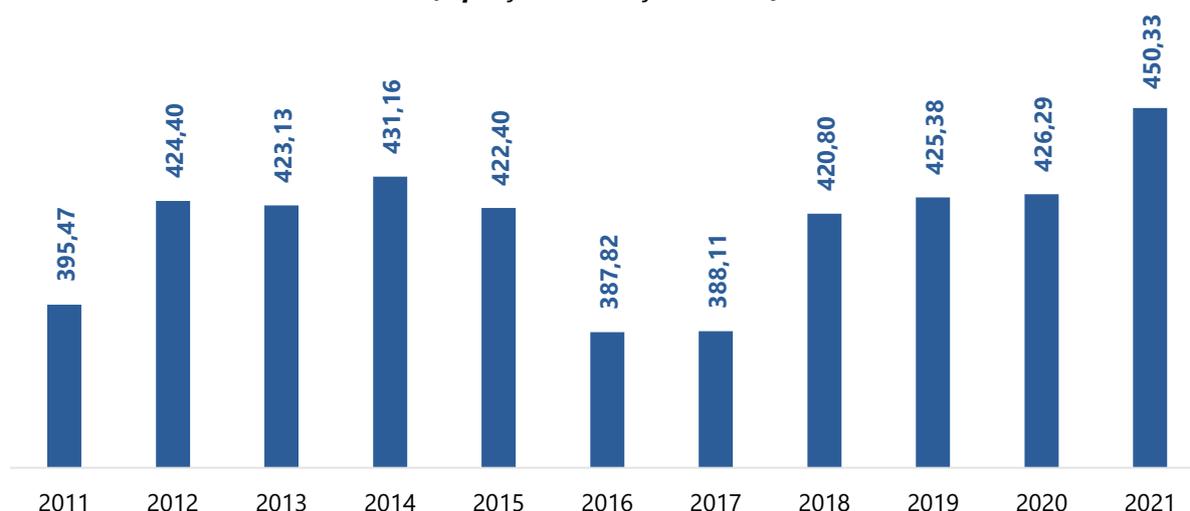
Indicadores Mensais	Fev. 2021 / Jan. 2021 ¹	Fev. 2021 / Fev. 2020	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	1,70	0,98	0,23	-4,02
Índice de atividade econômica regional ES	2,49	-0,11	0,09	-3,93
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	-0,7	0,4	1,3	-4,2
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	4,6	-10,1	-9,3	-14,1
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	0,6	-3,8	-2,1	0,4
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	1,5	1,0	2,2	4,1
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - Brasil	4,1	-1,9	-2,5	-2,3
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - ES	4,5	8,2	4,5	3,6
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	3,7	-2,0	-3,5	-8,6
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	1,3	0,1	0,0	-7,0

¹ Valores com ajuste sazonal ² Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito. Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil
Elaboração: Ideies / Findes

Outra variável relevante na análise da atividade econômica do país é a arrecadação federal. No primeiro trimestre de 2021, a Receita Federal arrecadou R\$ 450,33 bilhões, acréscimo real de 5,64% em relação ao mesmo período do ano passado. Este foi o melhor desempenho para um primeiro trimestre de ano desde o início da série histórica em 1995. Este resultado é explicado pelos crescimentos das arrecadações do Imposto sobre Produtos Industrializados

(28,70%), Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (22,06%), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (7,07%) e para o PIS/PASEP (6,72%) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (15,58%). Somente em março, a arrecadação federal totalizou R\$ 137,93 milhões, valor 6,98% superior ao arrecadado em fevereiro e 18,49% acima do resultado de março de 2020.

Gráfico 3 - Arrecadação das Receitas Federais de janeiro a março – em R\$ bilhões (a preços de março de 2021)



Fonte: Ministério da Economia - Receita Federal
Elaboração: Ideies / Findes

Em abril, ao final do prazo legal, o Presidente da República sancionou com vetos a Lei Orçamentária Anual (LOA) referente a 2021⁴.

Vale ressaltar que, o texto do Orçamento de 2021 aprovado pelo Congresso em 25 de março e encaminhado à sanção presidencial, continha despesas obrigatórias que se

⁴ O anúncio foi feito por meio de nota da Secretaria Geral em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2021/abril/presidente-sanciona-alteracao-da-loa-com-medidas-que-reforcam-possibilidades-de-combate-a-covid>

encontravam subestimadas, sobretudo devido ao remanejamento dessas despesas para o pagamento de emendas parlamentares, o que levou esse texto a ser considerado um “orçamento fictício”. Em acordo entre o Executivo e o Congresso, o Presidente da República vetou parcialmente essas emendas, de forma que o montante previsto em R\$ 26,5 bilhões foi reduzido para aproximadamente R\$ 16 bilhões. Além dessa redução de R\$ 10,5 bilhões, foram vetados outros R\$ 7,9 bilhões em despesas do Executivo e R\$ 1,4 bilhão em outras emendas do Legislativo, e também realizado um bloqueio adicional de R\$ 9 bilhões⁵.

Outro mecanismo de ajuste no Orçamento de 2021 foi a sanção da Lei nº 14.143 de 21 de abril⁶, resultado do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2 de 2021 (PLN nº 2) que alterou o texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2021 (LDO 2021) objetivando “adequar os requisitos para aumento de despesas que não sejam obrigatórias de caráter continuado”⁷.

Com isso, as despesas consideradas temporárias no enfrentamento à pandemia não serão contabilizadas na meta do resultado primário de 2021, tais como: as ações e os serviços públicos de saúde previstos em lei, o Programa

Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

Ainda em abril, o Presidente da República assinou a Medida Provisória nº 1.045⁸ que institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que possibilita a redução de jornada de trabalho e de salários, bem como a suspensão temporária do contrato de trabalho, por um prazo de até 120 dias. Nesses casos, o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, o BEm, será pago pelo governo ao trabalhador. Vale lembrar que este programa foi adotado em 2020 e agora reeditado para o ano de 2021 e estimado em R\$ 10 bilhões pelo Ministério da Economia para esse ano.

Vale ressaltar que, em abril, o projeto de lei da LDO para o ano 2022 foi enviada pelo Poder Executivo para o Congresso, que tem o prazo de até 17 de julho para a avaliação do texto original. Esse texto prevê para 2022 um PIB em 2,50% e a inflação (IPCA) em 3,50%, e estima para o resultado primário do Governo Central um déficit na ordem de R\$ 170,5 bilhões.

Box 1 - As medidas socioeconômicas de combate aos efeitos da pandemia sobre o Espírito Santo em 2021

O aumento no número de casos de Covid-19 no Espírito Santo e no Brasil neste ano, sobretudo a partir de março, provocou uma elevação na taxa de ocupação de número de leitos hospitalares destinados ao tratamento da doença. Como consequência, o Governo do Estado ampliou o número de leitos e anunciou em março o recrudescimento das medidas restritivas a serem adotadas nos municípios capixabas, que tem como base o Mapa de Risco semanalmente apresentado pelo Governo. A partir da qualificação da gravidade epidemiológica do

município há a determinação, por exemplo, do funcionamento ou não de escolas (aulas presenciais), dos estabelecimentos comerciais e prestações de serviços.

Para enfrentar os impactos econômicos provocados por este agravamento na epidemia, o Governo estadual também divulgou um pacote de medidas socioeconômicas estimado em R\$ 1,8 bilhão, resumido na Tabela 2.

⁵ Valores retirados de: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2021/abril/presidente-sanciona-a-lei-orcamentaria-de-2021-com-vetos-parciais>.

⁶ Veja em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.143-de-21-de-abril-de-2021-315148529>.

⁷ Confira a tramitação da PNL nº 2 em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/pesquisa/-/materia/147988>.

⁸ Veja mais em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.045-de-27-de-abril-de-2021-316257308>.

Tabela 2 - Resumo das medidas socioeconômicas anunciadas pelo Governo do Estado do Espírito Santo em março de 2021

Medida 2021	Valor estimado (em R\$ milhões)
Prorrogação do ICMS do simples nacional	100,0
Fiscais e tributárias	
Lei de incentivo à cultura e esporte	20,0
Refis 2021	850,0
Prorrogação do IPVA	350,0
Fundo de apoio à economia capixaba	250,0
Crédito Emergencial	
Capital de giro Banestes	100,0
Fundo de aval	100,0
Procidades	50,0
Total	1.820,0

Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo

Elaboração: Ideies / Findes

Uma dessas medidas consiste no Programa Estadual de Refinanciamento de Dívidas 2021 (Refis 2021), aprovado pelo Confaz⁹, por meio do qual as empresas poderão refinanciar e parcelar os débitos relativos ao ICMS¹⁰ contraídos até 31 de dezembro de 2020.

As empresas possuem o prazo de 1º de julho a 30 de dezembro para a adesão ao Refis sendo que, aquelas que aderirem até 31 de agosto e quitarem à vista o débito, poderão ter até 100% de redução de multas e juros.

Tabela 3 - Refis 2021 – Percentuais de redução de multas e juros

	Prazo de Pagamento			
	À vista	De 2 a 12 parcelas	De 13 a 30 parcelas	De 31 a 60 parcelas
Período de adesão	De 1º/07 a 31/08/2021			
Compostos de imposto e multa	100%	95%	90%	85%
Compostos apenas de multa	95%	85%	70%	50%
Período de adesão	De 1º/09 a 29/10/2021			
Compostos de imposto e multa	95%	90%	85%	80%
Compostos apenas de multa	90%	80%	65%	45%
Período de adesão	De 1º/11 a 30/12/2021			
Compostos de imposto e multa	90%	85%	80%	75%
Compostos apenas de multa	85%	75%	60%	40%

Fonte: Convênio ICMS 64/21

Elaboração: Ideies / Findes

Sobre as operações de crédito no período de pandemia, desde de março de 2020 até o início de abril de 2021, o Banestes (Banco do Estado do Espírito Santo) havia liberado aproximadamente R\$ 545 milhões em crédito emergencial às empresas capixabas em cerca de 16 mil operações de crédito, além das renegociações de contratos anteriores que totalizaram R\$ 428,4 milhões¹¹.

Algumas das linhas de crédito emergencial dos bancos

estaduais aplicadas em 2020 se estenderam a 2021, enquanto outras modalidades foram criadas esse ano. Entre as que se mantiveram estão os programas com a garantia do Fundo de Aval Bandes, que são o Microcrédito Emergencial e o Capital de Giro Emergencial, e as isenções de tarifas no pagamento de contas utilizando o Banescard. Com relação aos novos programas estão a repactuação de operações de crédito para as empresas, a redução de juros do parcelamento de faturas do cartão, a redução de prazo de cobrança e o parcelamento de cheque especial.

⁹ Confira aqui o Convênio ICMS 64/21, de 08 de abril de 2021 publicado no DOU em 12 de abril de 2021: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/2021/convenio-icms-64-21>.

¹⁰ O ICMS consiste no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, determinado e de atribuição dos estados.

¹¹ Veja em: https://www.banestes.com.br/informes/2021/2021_04_06_01.html.

Além destas, duas novidades em relação às linhas de crédito de 2020 dizem respeito às criações do Fundo de Proteção ao Emprego (por meio da Lei nº11.247, de 7 de abril de 2021)¹² e do Programa Bandes de Investimento nos Municípios do Espírito Santo (Procidades).

O Fundo de Proteção ao Emprego, com o intuito de facilitar o acesso ao crédito, concederá financiamentos às empresas impactadas pela pandemia - sobretudo aquelas dos setores de bares e restaurantes, de hotéis e pousadas e de eventos sociais e culturais. Entre os recursos que constituirão o Fundo estão: as dotações previstas no orçamento do estado, as transferências de recursos da União e dos municípios e as doações de pessoas físicas e jurídicas. O agente financeiro e operador desse fundo é o

Bandes que, mediante avaliação, concederá o crédito às empresas a uma taxa de juros igual à taxa Selic e com prazo de pagamento de até 72 meses, sendo 12 de carência¹³.

O Procidades¹⁴ consiste em um crédito de gestão pública municipal concedido pelo Bandes, para que as cidades capixabas invistam em modernização e infraestrutura, tais como as construções e as reformas de aparelhos públicos, as aquisições de máquinas e equipamentos, as pavimentações, os projetos de eficiência energética e demais despesas de capital. A partir da análise do banco, as taxas de juros podem variar de 3,5% a 6,0% a.a. adicionado da taxa Selic, com prazo de pagamento de até 72 meses, sendo 12 de carência.

Tabela 4 - Programas de crédito público estadual no enfrentamento aos impactos causados pela pandemia de Covid-19

Programas estendidos de 2020	Condições
Fundo de Aval do Governo do Estado	
Microcrédito Emergencial Juro Zero – Banestes e Aderes	Valor: até R\$ 5.000,00, conforme o perfil do cliente Até 24 parcelas, com carência de até 6 meses Taxa de juros: 0,0% a.m.
Capital de Giro Emergencial (financiamento de até três folhas de pagamento)	Valor: até R\$ 31,5 mil. Prazo: até 48 meses. Carência: até 06 meses, sem cobrança de encargos
Linha de crédito emergencial - Bandes e Banestes	Valor do financiamento: conforme capacidade de contratação da empresa Taxa: a partir de CDI + 0,32% ao mês. Carência: até 6 meses. Prazo de pagamento: até 48 meses
Microcrédito Emergencial do Programa Nossocrédito - Banestes e Aderes	Valor: de R\$ 200 até R\$ 20 mil Taxa: 0,65% a 0,95 a.m. Carência: até 6 meses Prazo de pagamento: até 36 meses
Isenção de tarifas e redução de juros	Isenção de tarifa no pagamento de contas de consumo (como água, luz, telefone e internet), de até R\$ 1 mil, e tributos Estaduais e Municipais (IPVA, IPTU, ISS e taxas), de no máximo R\$ 5 mil, com o cartão de crédito Banescard

¹² Confira em: <http://www3.al.es.gov.br/legislacao/norma.aspx?id=76336>

¹³ Para mais informações confira em: <https://www.bandes.com.br/Site/Dinamico/Show/994/EmergencialBandes>

¹⁴ Veja mais em: <https://www.bandes.com.br/Site/Dinamico/Show/905/Procidades>

Programas novos de 2021	Condições
Cheque especial Pessoa Física	15 dias sem cobrança de juros para utilização do cheque especial Banestes
Redução de juros do parcelamento do cartão	A redução vale para todos os tipos de parcelamento de fatura e pode chegar a 50% no caso de Compras Correntes, e a 30% no parcelamento de Rotativo
Prazo no crédito	Repactuação de operações de crédito e microcrédito, com até 90 dias de carência
Carência de até 6 meses no Consignado	Os valores das prestações devidas serão incorporados ao saldo devedor do financiamento e haverá a cobrança proporcional dos juros para o período restante da operação
Parcelamento de Cheque Especial	Parcelamento em até 24 meses, com redução de mais de 70% nas taxas de juros a partir de 2,25% ao mês
Fundo de Proteção ao Emprego	Prazo: de até 72 meses Prazo de carência: até 12 meses Taxa: taxa Selic
Procidades	Valor máximo financiável: a partir de análise do Bandes Taxa de Juros: entre 3,5% e 6% ao ano + SELIC Prazo total: Até 72 meses, incluídos até 12 meses de carência Garantias: vinculação de receitas de transferências constitucionais de ICMS e/ou Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

Fontes: Bandes, Banestes e Aderes

Elaboração: Ideies / Findes

Outro pacote de medidas anunciado pelo Governo do Estado diz respeito às iniciativas de proteção social, estimado em R\$ 70,86 milhões, que tem como foco a assistência à população mais vulnerável economicamente. Entre estas está o Cartão ES Solidário, que é um auxílio financeiro temporário às famílias do estado que se encontram em situação de extrema pobreza e atendem aos requisitos da Lei nº 11.245/2021¹⁵.

O benefício está estimado em R\$ 600 por família a ser

dividido em três parcelas de R\$ 200. A previsão do início da entrega dos cartões pela Setades é ao final de abril¹⁶.

Essas e outras iniciativas estaduais de enfrentamento aos impactos causados pela pandemia, bem como às incertezas provocadas pelo quadro sanitário atual, são necessárias para minimizar as perdas econômicas das empresas, das famílias e dos municípios capixabas, garantindo condições para o acesso ao crédito emergencial, para a manutenção do emprego e para o apoio social.

Box 2 - Infra Week: resultados do leilão liderado pelo Governo Federal

No início do mês de abril, o Ministério da Infraestrutura (MInfra) promoveu a Infra Week, semana com uma série de leilões de aeroportos, portos e ferrovia na Bolsa de Valores do Brasil, a B3. O Governo Federal concedeu um total de 28 ativos à iniciativa privada, garantindo um investimento de R\$ 10 bilhões para a infraestrutura de transporte no país, de acordo com o MInfra^{17,18}.

A semana começou com a concessão de 22 aeroportos, em 12 estados brasileiros: Acre, Amazonas, Goiás, Maranhão, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Tocantins. O modelo utilizado foi o de bloco, dividido da seguinte forma: Norte, Central e Sul. Os três blocos geraram uma arrecadação de R\$ 3,3 bilhões ao governo federal.

¹⁵ Confira aqui: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI112452021.html>

¹⁶ Veja mais em: <https://setades.es.gov.br/cartao-es-solid%C3%A1rio-perguntas-frequentes>

¹⁷ Veja mais em <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/noticias/com-leilao-de-terminais-infra-week-garante-r-10-bilhoes-em-investimentos>.

¹⁸ O sucesso da semana de concessões promovida pelo MInfra no início de abril não passou despercebido e a análise do Daniel Rittner no Valor Econômico apontou duas importantes ausências: fundos financeiros e os chineses. Em relação ao primeiro, Rittner argumenta que os fundos financeiros de capital pulverizado não andam simpatizados com a imagem de um governo que não está atento à proteção das florestas e aos direitos das minorias, minando a sua reputação pelo mundo. Já no segundo caso, Daniel Rittner atribui a ausência de interesse dos chineses devido às seguidas hostilidades de autoridades brasileiras a Pequim. Veja mais em <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/04/09/analise-infra-week-tem-sucesso-duas-ausencias-notaveis-e-requer-cautela-na-comemoracao.ghtml>.

No Bloco Norte, a empresa francesa Vinci Airports ofereceu um lance de R\$ 420 milhões¹⁹ e foi a vencedora do leilão²⁰, representando um ágio de 777,47% em relação ao valor definido no edital²¹. A Companhia de Participações em Concessões (CCR) venceu o leilão do Bloco Central com a proposta de R\$ 754 milhões²²,

representando ágio de 9.156,01% em relação ao valor mínimo definido no edital²³. No Bloco Sul, o grupo CCR também venceu o leilão deste bloco²⁴ com uma proposta de R\$ 2,128 bilhões, representando um representando ágio de 1.534,36% em relação ao valor mínimo definido no edital²⁵.

Tabela 5 – Leilão de concessões dos aeroportos - Infra Week

Blocos	Ativos	Empresa vencedora	Outorga Inicial	Ágio
Bloco Norte	Aeroporto Internacional de Manaus (AM) – Eduardo Gomes (SBEG); Aeroporto de Porto Velho (RO) – Governador Jorge Teixeira de Oliveira (SBPV); Aeroporto de Rio Branco (AC) - Plácido de Castro (SBRB); Aeroporto de Cruzeiro do Sul (AC) - SBCZ; Aeroporto de Tabatinga (AM) - SBTT; Aeroporto de Tefé (AM) – SBTF; Aeroporto de Boa Vista (RR) – Atlas Brasil Cantanhede (SBBV)	Vinci Airports	R\$ 420 milhões	777,47%
Bloco Central	Aeroporto de Goiânia (GO) – Santa Genoveva (SBGO); Aeroporto de São Luís (MA) – Marechal Cunha Machado (SBSL); Aeroporto de Teresina (PI) – Senador Petrônio Portella (SBTE); Aeroporto de Palmas (TO) – Brigadeiro Lysias Rodrigues (SBPJ); Aeroporto de Petrolina (PE) – Senador Nilo Coelho (SBPL); Aeroporto de Imperatriz (MA) – Prefeito Renato Moreira (SBIZ).	A Companhia de Participações em Concessões (CCR)	R\$ 754 milhões	9.156,01%
Bloco Sul	Aeroporto de Curitiba (PR) – Afonso Pena (SBCT); Aeroporto de Foz do Iguaçu (PR) – Cataratas (SBFI); Aeroporto de Navegantes (SC) – Ministro Victor Konder (SBNF); Aeroporto de Londrina (PR) – Governador José Richa (SBLO); Aeroporto de Joinville (SC) – Lauro Carneiro de Loyola (SBJV); Aeroporto de Bacacheri (PR) – (SBBI); Aeroporto de Pelotas (RS) – SBPK; Aeroporto de Uruguaiana (RS) – Rubem Berta (SBUG); Aeroporto de Bagé (RS) – Comandante Gustavo Kraemer (SBBG).	A Companhia de Participações em Concessões (CCR)	R\$ 2,128 bilhões	1534,36%

Fonte: Ministério da Infraestrutura, B3 e Valor Econômico.

Elaboração: Ideies/Findes.

¹⁹ Essa oferta representa a outorga inicial a ser paga logo após o leilão.

²⁰ O único corrente da empresa francesa foi o consórcio AeroBrasil, que ofereceu R\$ 50 milhões pelo Bloco Norte. Veja mais em <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/04/08/ccr-leva- dois-blocos-em-leilao-de-aeroportos-com- agios-elevados.ghtml>.

²¹ A contribuição inicial mínima era de R\$ 47.865.091,02 mais ágio, se houver. O prazo de concessão do Bloco Norte é de 30 anos, com um investimento previsto de R\$ 1,48 bilhão. A previsão de movimentação de passageiros é de que atinja 8,6 milhões por ano em 2050. Em 2019, a movimentação foi de 4,6 milhões. Veja mais em <https://comunicacao.anac.gov.br/concessao/#norte>.

²² O consórcio Central Airports (Socicam) ofereceu R\$ 40,3 milhões e a empresa argentina Inframérica ofereceu R\$ 9,8 milhões pelo Bloco Central. Veja mais em <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/04/08/ccr-leva- dois-blocos-em-leilao-de-aeroportos-com- agios-elevados.ghtml>.

²³ A contribuição inicial mínima era de R\$ 8.146.055,39 mais ágio, se houver. O prazo de concessão do Bloco Central é de 30 anos, com um investimento previsto de R\$ 1,8 bilhão. A previsão de movimentação de passageiros é de que atinja 17,3 milhões por ano em 2050. Em 2019, a movimentação foi de 7,3 milhões. Veja mais em <https://comunicacao.anac.gov.br/concessao/#centro>.

²⁴ O segundo colocado, a empresa espanhola Aena, ofereceu um lance de R\$ 1,05 bilhão e o terceiro colocado, o consórcio Infraestrutura Brasil apresentou um lance de sete vezes inferior em relação à proposta vencedora. Veja mais em <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/04/08/ccr-leva- dois-blocos-em-leilao-de-aeroportos-com- agios-elevados.ghtml>.

²⁵ A contribuição inicial mínima era de R\$ 130.203.558,76 mais ágio, se houver. O prazo de concessão do Bloco Central é de 30 anos, com um investimento previsto de R\$ 2,85 bilhões. A previsão de movimentação de passageiros é de que atinja 27 milhões por ano em 2050. Em 2019, a movimentação foi de 12,4 milhões. Veja mais em <https://comunicacao.anac.gov.br/concessao/#sul>.

De acordo com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), em condições normais de oferta e demanda, os 22 aeroportos concedidos processam 11% do total do tráfego de passageiros²⁶, o equivalente a 24 milhões de passageiros por ano, segundo dados de 2019. O resultado do leilão da 6ª rodada de concessão gerou um valor adicional de R\$ 3,1 bilhões em relação ao lance mínimo total de R\$ 186,1 milhões, atingindo um ágio médio das propostas de 3.822,61%. As empresas que passarão a operar esses 22 aeroportos se comprometeram a investir R\$ 6,1 bilhões nos próximos 36 meses.

Na quinta-feira (08) foi leiloado o trecho da Ferrovia EF-334, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOL). O trecho tem 537 quilômetros (FIOL I) e liga as cidades de Ilhéus e Caetité, na Bahia. A empresa Bahia Mineração (Bamin) ofereceu proposta de R\$ 32,73 milhões, o que corresponde ao valor mínimo previsto no edital²⁷, e o investimento total no projeto girará em torno de 5,4 bilhões, de acordo com as informações da B3. O prazo de concessão é de 35 anos.

Com o direito de construir e explorar o transporte ferroviário de cargas, o trecho da FIOL I é um importante corredor de escoamento de minério de ferro do sudoeste baiano, por meio do Porto Sul em Ilhéus. De acordo com o Valor Econômico, a Bamin planeja investir um total de R\$ 14 bilhões no projeto integrado mina-ferrovia-porto no Estado da Bahia, englobando os ativos do trecho FIOL I, uma mina de ferro em Caetité e um terminal portuário em Ilhéus²⁸.

Na sexta-feira (09), o MInfra concedeu à iniciativa privada o direito de explorar 5 terminais portuários. São quatro áreas do Porto Organizado de Itaqui no Maranhão por 20 anos (IQI03, IQI11, IQI12, IQI13) e uma área no Porto Organizado de Pelotas (PEL01) no Rio Grande do Sul por 10 anos. Esses ativos foram leiloados por R\$ 216,3 milhões e os investimentos alcançarão cerca de R\$ 610 milhões.

A empresa Santos Brasil arrematou três das quatro áreas do Porto de Itaqui, com pagamento inicial de outorgas de

R\$ 157,3 milhões. O primeiro ativo foi o terminal de graneis líquidos IQI03 com lance de 61,3 milhões, representando um ágio de 44,24% em relação ao preço mínimo definido em edital²⁹. O segundo foi o terminal IQI11, com lance de R\$ 56 milhões e um ágio de 15,04%³⁰. O terceiro terminal IQI12 foi arrematado com um lance de R\$ 40 milhões³¹. A empresa Terminal Químico de Aratu (Tequimar) venceu o leilão da quarta área do Porto de Itaqui (IQI13) com um lance de R\$ 59 milhões. Já a área PEL01 no Porto de Pelotas (RS) passará a ser administrada pela empresa CMPC Celulose Riograndense, após o lance de R\$ 10 mil³².

No dia 29 de abril, o MInfra deve promover o leilão de 850 quilômetros da BR-153/080/414/GO/TO, com previsão de R\$ 8 bilhões de investimentos. No início de julho, um trecho de cerca de mil quilômetros da BR-163/230/MT/PA, deverá ser leiloado à iniciativa privada, com previsão de R\$ 2 bilhões de investimentos. Devem ocorrer, ainda, mais três concessões de rodovias ao longo de 2021: o da Dutra (BR-116/101/SP/RJ), com R\$ 14 bilhões de investimentos projetados, o da BR-381/262/MG/ES, com mais R\$ 7,2 bilhões, e o das Rodovias Integradas do Paraná, com mais R\$ 42 bilhões.

Quanto ao setor portuário, no dia 09 de julho estão previstos mais três arrendamentos de terminais nos estados de Ceará (Porto de Mucuripe), Rio Grande do Norte (Porto de Areia Branca) e no Amapá (Porto de Santana). O MInfra prepara, ainda para 2021, novos arrendamentos de áreas em Maceió (AL), Paranaguá (PR), Vila do Conde (PA), além de dois terminais de combustíveis no Porto de Santos (SP), que pode gerar mais de R\$ 1,6 bilhão em investimentos. No Espírito Santo, o MInfra prepara a primeira desestatização portuária: o da Companhia Docas do Espírito Santo (ES).

Portanto, após a Infra Week, o Ministério da Infraestrutura projeta mais R\$ 84 bilhões em investimentos ainda em 2021³³, com a expectativa de chegar ao final de 2022 com a concessão de mais de 100 ativos e a contratação de R\$ 260 bilhões em infraestrutura.

²⁶ Até a 5ª rodada de concessões promovidas pela ANAC, 67% de todo o tráfego nacional já foram concedidos à operação privada. Veja mais em <https://www.gov.br/anac/pt-br/noticias/2021/leilao-de-22-aeroportos-da-6a-rodada>.

²⁷ Além dessa outorga inicial, a empresa também terá que fazer pagamentos trimestrais de outorgas variáveis, equivalentes a 3,43% da receita operacional bruta da ferrovia, a partir do ano 6 ao ano 35 de contrato. Veja mais em <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/04/09/bamin-vence-leilao-de-ferrovia-e-plano-e-investir-r-14-bilhoes.ghtml>.

²⁸ Veja mais em <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2021/04/09/bamin-vence-leilao-de-ferrovia-e-plano-e-investir-r-14-bilhoes.ghtml>.

²⁹ O contrato prevê um investimento de R\$ 106,5 milhões.

³⁰ São previstos um investimento de R\$ 133,3 milhões de investimentos.

³¹ O ágio dessa outorga não foi informado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). O ativo demandará investimentos de R\$ 177,3 milhões, ao longo de 20 anos de contrato.

³² Também não foram informados os ágios destas concessões pela ANTAQ. Veja mais em <https://www.gov.br/antag/pt-br/assuntos/noticias/antag-leilao-cinco-areas-portuarias-por-r-216-3-milhoes>.

³³ Para mais detalhes, acesse <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/noticias/apos-infra-week-minfra-projeta-mais-r-84-bilhoes-em-investimentos-ainda-em-2021>.

Tabela 6 – Resumo do leilão de concessões - Infra Week

Infraestrutura	Leilão de concessão	Quantidade de ativos	Outorga Inicial	Ágio
Aeroportos	Bloco Norte	7	R\$ 420 milhões	777,47%
	Bloco Central	6	R\$ 754 milhões	9.156,01%
	Bloco Sul	9	R\$ 2,128 bilhões	1.534,36%
Portos	Porto Organizado de Itaqui (MA) - IQ103	1	R\$ 157,3 milhões	44,24%
	Porto Organizado de Itaqui (MA) - IQ111	1	R\$ 56 milhões	15,04%
	Porto Organizado de Itaqui (MA) - IQ112	1	R\$ 40 milhões	-
	Porto Organizado de Itaqui (MA) - IQ113	1	R\$ 59 milhões	-
	Porto Organizado de Pelotas (RS) - PEL01	1	R\$ 10 mil	-
Ferrovias	Ferrovias EF-334 (Ferrovias de Integração Oeste-Leste I – FIOL I)	1	R\$ 32,73 milhões	-

Fonte: Ministério da Infraestrutura, B3 e Valor Econômico.

Elaboração: Ideies/Findes.

2. Desempenho Industrial

De acordo Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF) do IBGE para o mês de fevereiro de 2021, a indústria brasileira recuou -4,2% no acumulado dos últimos 12 meses³⁴, ainda sob os efeitos das medidas restritivas adotadas no combate à Covid-19 em março e abril de 2020.

Tanto a indústria de transformação (-4,4%), quanto a extrativa (-2,5%) retraíram nesse período. E, todas as grandes categorias econômicas registraram variações negativas, com destaque para a queda de -20,1% nos bens de consumo duráveis.

No acumulado do primeiro bimestre de 2021, frente aos mesmos meses do ano passado, a produção industrial do Brasil avançou 1,3%, puxada pelo bom desempenho da indústria de transformação (1,9%). Em fevereiro de 2021 indústria nacional cresceu 0,4% em relação a fevereiro de 2020.

Na passagem de janeiro para fevereiro de 2021, a produção industrial do Brasil recuou -0,7%, na série com o ajuste sazonal, interrompendo uma sequência de nove resultados positivos consecutivos.

Nessa base de comparação, 14 das 26 atividades registraram variações negativas, com destaque para a queda de -7,2% nos veículos automotores, reboques e carrocerias³⁵. Os resultados de fevereiro indicam sinais de desaceleração da trajetória de recuperação da indústria nacional, iniciada em maio de 2020³⁶. Entre os motivos, os que mais se sobressaíram foram a base de comparação que está mais elevada e a expressiva piora no quadro sanitário brasileiro, que novamente levou à adoção de medidas mais restritivas para combater a expansão dos casos de Covid-19. O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI)³⁷ acrescenta, ainda, a redução dos programas emergenciais e a elevada taxa de desemprego no país.

³⁴ Compreende o período de março de 2020 a fevereiro de 2021.

³⁵ Ressalta-se que o setor de veículos automotores era o que vinha exercendo a maior influência no desempenho da indústria nacional. Além da piora do quadro sanitário do país, as montadoras estão sofrendo com a escassez de componentes, tais como semicondutores, chips e aço. De acordo com a Associação de Veículos Automotores (Anfavea), esse quadro levou à paralisação das linhas de montagem em março e abril deste ano. Saiba mais em: <https://glo.bo/3d2AAPc>.

³⁶ Esse quadro vinha se desenhando desde os últimos quatro resultados da PIM-PF, uma vez que a produção industrial nacional registrava variações positivas em menor magnitude na base comparação na passagem de mês: 1,0% em outubro/2020; 1,0% em novembro/2020; 0,8% em dezembro/2020; e 0,4% em janeiro/2021.

³⁷ Acesse a publicação do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) em: <https://bit.ly/3s3h7C5>.

Tabela 7 – Variação (%) da Produção Industrial, Brasil e Espírito Santo - fevereiro de 2021

	Fev 21/ Jan 21	Fev 21/ Fev 20	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Brasil				
Indústria geral	-0,7	0,4	1,3	-4,2
Indústrias extrativas	-4,7	-6,7	-3,0	-2,5
Indústrias de transformação	-0,2	1,2	1,9	-4,4
Bens de Capital	-1,5	16,1	16,6	-7,3
Bens Intermediários	0,6	0,5	1,7	-0,9
Bens de Consumo	-1,1	-3,2	-2,3	-9,0
Bens de consumo duráveis	-4,6	-8,4	-6,3	-20,1
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	-0,3	-1,6	-1,1	-5,9
Bens não especificados anteriormente	-	-12,3	-12,9	-18,9
Espírito Santo				
Indústria geral	4,6	-10,1	-9,3	-14,1
Indústrias extrativas	-9,9	-31,2	-22,8	-28,0
Indústrias de transformação	7,3	4,2	-0,4	-2,8
Fabricação de produtos alimentícios	12,1	-26,6	-25,0	-4,7
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	3,2	69,2	63,3	34,2
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-6,3	17,9	23,8	1,7
Metalurgia	20,2	0,5	-15,2	-19,6

(*) Dados dessazonalizados

Fonte: IBGE (PIM-PF)

No Espírito Santo, a produção industrial acumulou uma retração de -14,1% nos últimos 12 meses, puxada, principalmente, pela indústria extrativa (-28,0%).

Mesmo com o cenário de incertezas devido à pandemia de Covid-19, houve crescimento nas atividades de fabricação de celulose, papel e produtos de papel (34,2%) e produtos de minerais não-metálicos (1,7%).

No acumulado de janeiro a fevereiro de 2021, a indústria geral do Espírito Santo recuou -9,3%, devido à queda de -22,8% na indústria extrativa, que segue pressionada pela redução da produção de minérios de ferro pelletizado, petróleo e gás natural. O resultado da indústria de transformação (-0,4%) foi puxado pelo menor desempenho da fabricação de produtos alimentícios (-25,0%)⁵¹ e da metalurgia (-15,2%)³⁹.

Na comparação de fevereiro de 2021 contra o mesmo mês do ano passado, a indústria do Espírito Santo recuou

-10,1%, sobretudo pressionada pela queda de -31,2% na indústria extrativa.

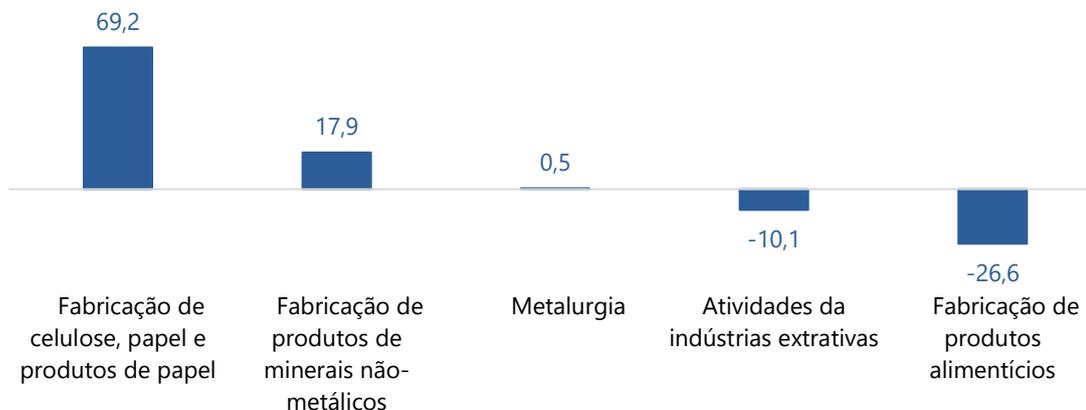
Em contrapartida, a indústria de transformação expandiu 4,2%, superando o patamar produtivo anterior ao início da pandemia (de fevereiro de 2020).

Ainda nessa base de comparação, entre as atividades pesquisadas no estado, destacaram-se os crescimentos expressivos de 69,2% na fabricação de celulose, papel e produtos de papel e de 17,9% dos produtos de minerais não-metálicos. Este último foi puxado pelo aumento dos itens granito talhado ou serrado e cimentos "Portland". A metalurgia também registrou uma taxa positiva (0,5%) em função da maior produção de bobinas a quente de aço ao carbono não revestidos; lingotes, blocos, tarugos ou placas de aço ao carbono; ferro-gusa; e bobinas a frio de aço ao carbono não revestidos. Apenas a fabricação de produtos alimentícios (-26,6%) registrou um resultado negativo entre as atividades da indústria de transformação.

³⁸ Atividade pressionada pela menor produção de bombons e chocolates com cacau, açúcar cristal, massas alimentícias secas e refrescos, sucos ou néctares de frutas.

³⁹ Resultado influenciado pela queda da produção de bobinas a quente de aço ao carbono não revestidos e tubos flexíveis e tubos trefilados de ferro e aço.

Gráfico 4 - Variação (%) da Produção Industrial do Espírito Santo, por atividade – fevereiro de 2021/ fevereiro de 2020



(*) Dados dessazonalizados

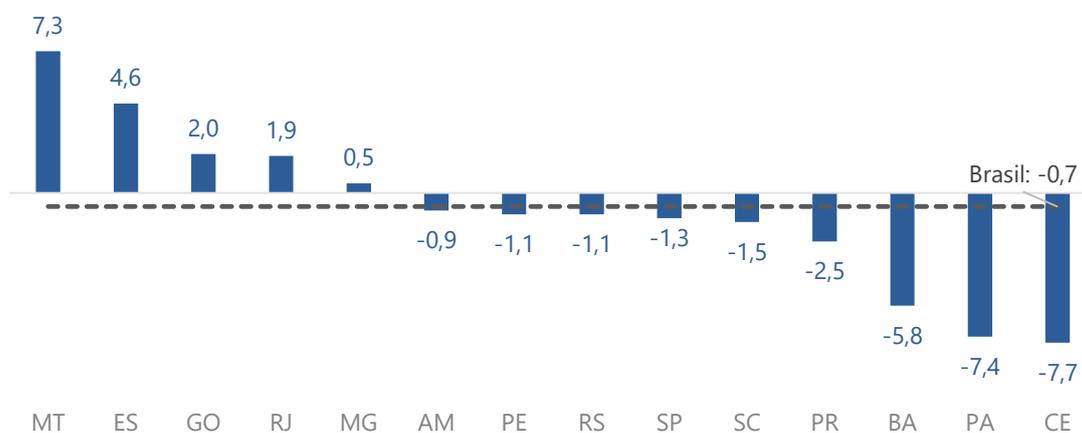
Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

Frente a janeiro de 2021, a indústria do Espírito Santo cresceu 4,6% em fevereiro, na série com ajuste sazonal, segundo melhor resultado entre os estados brasileiros pesquisados. A expansão da produção industrial capixaba foi puxada pela indústria de transformação (7,3%),

enquanto a extrativa retraiu -9,9%. Entre as atividades, houve variações positivas na metalurgia (20,2%), na fabricação de produtos alimentícios (12,1%) e em celulose, papel e produtos de papel (3,2%).

Gráfico 5 – Variação (%) da Produção Industrial, por estado – fevereiro de 2021



(*) Dados dessazonalizados

Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

Ressalta-se que a PIM-PF, por ter uma defasagem de dois meses, ainda não capturou os efeitos adotados a partir de março de 2021 das novas medidas de distanciamento social para combater o aumento dos casos de Covid-19 no Espírito Santo. Apesar da atividade industrial não ter sido limitada por determinação do governo estadual, o fechamento do comércio, e

posteriormente a sua abertura parcial, traz reflexos negativos sobre o nível de produção de determinados setores da indústria, principalmente, daqueles que produzem bens de consumo, haja vista que o seu desempenho é atrelado ao volume de vendas na atividade comercial⁴⁰.

⁴⁰ Saiba mais em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/pandemia-faz-industrias-do-es-reduzirem-e-ate-pararem-producao-0321>

De acordo com os últimos dados disponibilizados pela ANP, a produção de petróleo e gás natural no Espírito Santo, importante atividade da indústria extrativa⁴¹, totalizou 257,8 mil boe/dia em março de 2021.

Essa quantidade foi -19,3% menor que a

extraída no mesmo mês de 2020 e -0,1% maior que a registrada em fevereiro deste ano. E, no acumulado do primeiro trimestre de 2021, frente ao mesmo período do ano anterior, a produção desses hidrocarbonetos caiu -23,4% no estado.

Tabela 8 - Variação (%) e produção de petróleo e gás natural, Brasil e Espírito Santo – março de 2021

	Brasil			Espírito Santo		
	Gás Natural (Mm ³ /d)	Petróleo (bbl/d)	Total (boe/d)	Gás Natural (Mm ³ /d)	Petróleo (bbl/d)	Total (boe/d)
Produção	126.086	2.844.318	3.637.377	5.883	220.825	257.830
Variação (%) - acumulada no ano	1,1%	-6,3%	-4,7%	-18,2%	-24,3%	-23,4%
Variação (%) - mar.21/ mar.20	3,6%	-4,2%	-2,6%	-15,9%	-19,8%	-19,3%
Variação (%) - mar.21/ fev.21	-3,8%	0,9%	-0,2%	-2,5%	0,3%	-0,1%

Fonte: ANP

Elaboração: Ideies / Findes

A produção de pelotas de minério de ferro é outro importante ramo da indústria extrativa capixaba⁴².

O complexo da Vale S.A no Espírito Santo, o maior desse segmento no estado, produziu 3,6 milhões de toneladas de pelotas no 1º trimestre

de 2021, volume -29,7% menor que o registrado nos mesmos três meses de 2020.

Segundo o Relatório Trimestral⁴³ da empresa, essa queda foi devido à menor disponibilidade de *pellet feed*⁴⁴ de Itabira e Brucutu, resultando na parada voluntária da planta de Tubarão 4, afim de otimizar os custos.

Tabela 9 - Variação (%) e produção de pelotas de minério de ferro da Vale – Espírito Santo

Usinas de Pelotização	Produção em mil toneladas métricas			Variação (%)	
	1T21	4T20	1T20	1T21/4T20	1T21/1T20
Total	3.609	4.174	5.132	-13,5%	-29,7%
Tubarão 1 e 2*	-	-	-	n.m	-100,0%
Itabasco (Tubarão 3)	583	804	888	-27,5%	-34,3%
Hispanobrás (Tubarão 4)	169	738	629	-77,1%	-73,1%
Nibrasco (Tubarão 5 e 6)	699	359	1.225	94,7%	-42,9%
Kobrasco (Tubarão 7)	607	631	810	-3,8%	-25,1%
Tubarão 8	1.551	1.642	1.580	-5,5%	-1,8%

Fonte: Vale S.A

Elaboração: Ideies / Findes

Parte da produção industrial capixaba é destinada ao abastecimento do mercado externo.

No acumulado de janeiro a março de 2021, frente ao mesmo período do ano anterior, o valor das exportações da indústria do Espírito Santo

expandiu em 17,0%, em contrapartida a quantidade reduziu em -13,8%.

As maiores contribuições para esse aumento monetário vieram das atividades de extração de minerais metálicos (+US\$ 150,4 milhões), metalurgia (+US\$ 68,1 milhões) e produtos de minerais não-metálicos (+US\$57,2 milhões).

⁴¹ Na PIM-PF, o petróleo e o gás natural respondem por 27% do índice de produção da indústria extrativa do Espírito Santo.

⁴² Na PIM-PF, o minério de ferro pelotizado responde por 73% do índice de produção da indústria extrativa do Espírito Santo.

⁴³ Acesso o documento em: http://www.vale.com/PT/investors/information-market/quarterly-results/ResultadosTrimestrais/20210419%20PREREPORT%201T21_p.pdf

⁴⁴ O *pellet feed* consiste no Fino do minério de ferro utilizado para a produção das pelotas.

Nos dois primeiros casos, o aumento do valor exportado foi uma consequência do aumento dos preços, uma vez que os volumes exportados reduziram -9,0% e -24,0%, respectivamente.

Se comparado ao mesmo mês de 2020, houve uma redução de -6,5% nas toneladas e um aumento de 36,3% no valor exportado.

Apenas em março de 2021, a indústria capixaba exportou 2,4 milhões de toneladas que geraram US\$ 743,0 milhões.

Tabela 10 - Principais atividades industriais exportadoras do Espírito Santo – Acumulado de janeiro a março de 2021

Atividades industriais*	Jan. a Mar. 21		Variação no acumulado de 2021	
	US\$ milhões	Mil toneladas	US\$ milhões	Mil toneladas
Metalurgia	544,2	993,6	14,3%	-9,0%
Extração de Minerais Metálicos	478,2	2.685,1	45,9%	-24,0%
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	197,8	263,0	40,6%	30,7%
Extração de Petróleo e Gás Natural	144,6	476,2	-11,4%	3,3%
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	122,4	403,0	-13,9%	21,7%
Extração de Minerais Não-Metálicos	26,2	137,5	-9,5%	2,3%
Fabricação de Produtos Alimentícios	17,2	5,2	-5,0%	-2,6%
Fabricação de Coque, de Produtos Derivados Do Petróleo e de Biocombustíveis	10,9	18,3	-11,2%	-12,8%
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	3,4	0,6	22,8%	14,0%
Fabricação de Produtos Químicos	2,1	2,3	42,2%	85,1%
Demais atividades	7,8	2,1	-48,8%	-31,6%
Total da indústria	1.554,8	4.986,9	17,0%	-13,8%

(*) Cnae 2.0

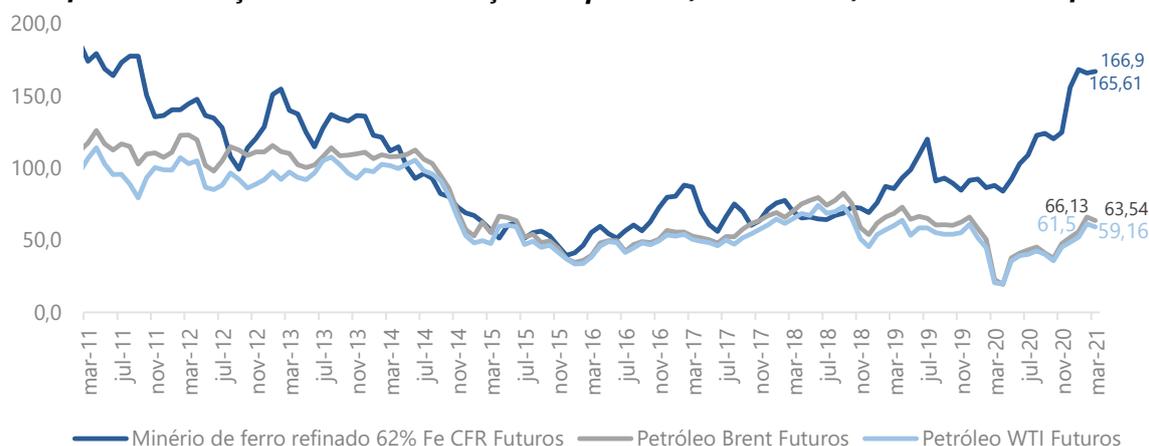
Fonte: Funcex

Elaboração: Ideies/ Findes

Essa elevação do valor das exportações industriais capixaba está correlacionada à expansão dos preços internacionais das commodities produzidas no estado. Em março de 2020, frente ao mesmo mês de 2020, a cotação dos contratos

futuros de minério de ferro refinado cresceu 89,6%, a de bobina de aço expandiu 155,8%, a do petróleo Brent avançou 179,4% e a do WTI aumentou 188,9%.

Gráfico 6 – Evolução mensal das cotações do petróleo, Brent e WTI, e do minério de ferro



Fonte: Investing.com

Elaboração: Ideies/ Findes

No que se refere ao setor elétrico do Espírito Santo, em março de 2021 foram gerados 924,6 MW Med de energia elétrica e consumidos 1532,3 MW Med. Essas quantidades foram, respectivamente, 7,0% e 6,8% maior que as

registradas no mesmo mês de 2020. O consumo de energia elétrica expandiu em 7 dos 9 setores industriais capixabas fornecidos pela CCEE (tabela 4).

Tabela 11 – Consumo de energia elétrica no Espírito Santo – MW med

Setor	Ramo de Atividade	Mar. 20 MW Med	Mar. 21 MW Med	Varição Mar 21 / Mar 20
indústria geral	Alimentícios	22,2	22,1	-0,4%
	Bebidas	1,1	1,5	35,1%
	Extração de minerais metálicos	123,8	101,4	-18,1%
	Madeira, papel e celulose	14,0	14,0	0,7%
	Manufaturados diversos	12,8	15,6	22,1%
	Metalurgia e produtos de metal	154,1	166,9	8,3%
	Minerais não-metálicos	53,9	71,6	32,8%
	Químicos	47,1	49,1	4,3%
	Têxteis	0,05	0,15	212,8%
Demais	Comércio	22,3	27,6	23,8%
	Saneamento	0,6	1,2	110,2%
	Serviços	69,5	69,9	0,6%
	Telecomunicações	2,6	3,2	20,6%
	Transporte	0,4	0,4	-11,9%
	Veículos	4,6	3,1	-30,9%

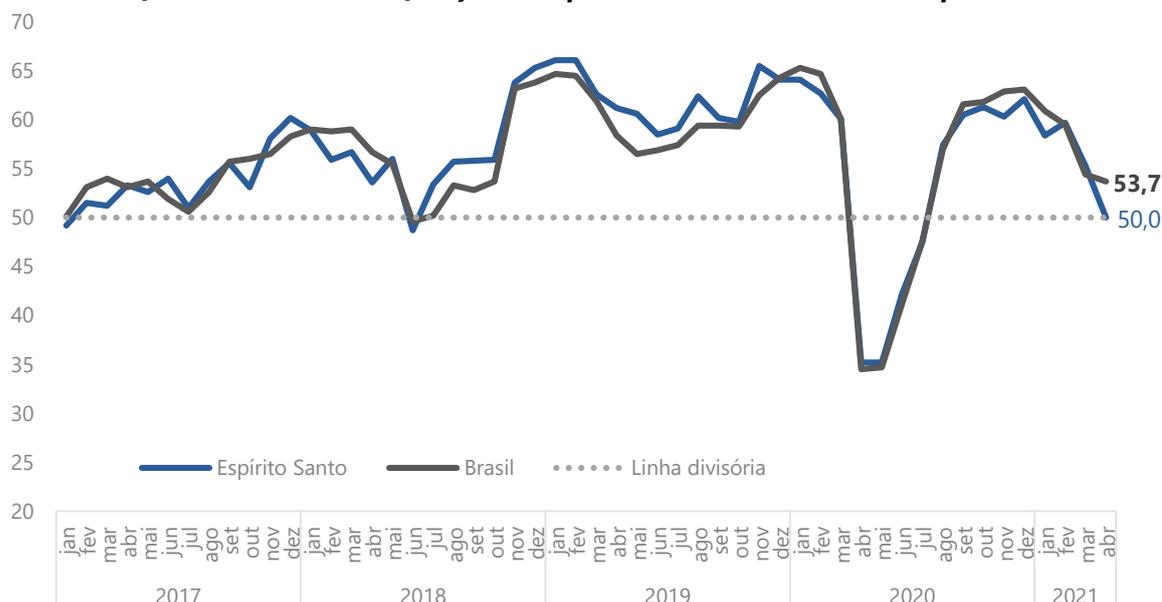
Nota: s/f corresponde à "sem informação divulgada" pela CCEE.

(*) Cnae domiciliar

Em abril de 2021, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) do Espírito Santo recuou 5,3 pontos frente a março, atingindo 50,0 pontos. Dessa forma, esse índice se localizou exatamente na linha divisória entre a presença e a falta de confiança. Essa queda foi influenciada pela

preocupação do empresário com o avanço da Covid-19 e as medidas restritivas para conter essa contaminação. O ICEI do Brasil atingiu 53,8 pontos, com queda 0,7 pontos em comparação com o registrado no terceiro mês deste ano.

Gráfico 7 - Índice de Confiança do Empresário Industrial, Brasil e Espírito Santo



Fonte: Ideies/ Findes; CNI

Elaboração: Ideies/ Findes

3. Preços, Juros e Crédito

Em março de 2021, a inflação brasileira medida pelo IPCA registrou uma variação de 0,93%, acelerando-se em relação a fevereiro (0,86%). Com esse resultado, a variação acumulada em 12 meses do IPCA no país ficou em 6,10% e segue acima da meta estabelecida para 2021⁴⁵. O

índice oficial de preços do Brasil não alcançava esse patamar desde dezembro de 2016. Na RMGV, o índice mensal subiu mais que a média do país para o mês de março. A variação mensal do IPCA da RMGV de 1,10% fez com que o índice acumulasse uma alta de 7,03% em 12 meses.

Tabela 12 - Variação (%) do IPCA – março de 2021

Período	Brasil	Grande Vitória
Índice Mensal	0,93	1,10
Preços Livres	0,28	0,19
Preços Administrados	2,81	3,29
Acumulado no Ano	2,05	2,55
Preços Livres	0,86	1,59
Preços Administrados	4,55	4,90
Acumulado em 12 meses	6,10	7,03
Preços Livres	5,80	6,31
Preços Administrados	6,95	8,63

Fonte: IBGE e Banco Central.

Elaboração: Ideies/Findes.

Nota: (1) Os "preços administrados", segundo definição do Banco Central, referem-se aos preços que são menos sensíveis às condições de oferta e de demanda porque são estabelecidos por contrato ou por órgão público.

Os itens que compõem o IPCA podem ser divididos entre preços livres e preços administrados (monitorados)⁴⁶. Pelo gráfico 8, percebe-se que a aceleração do IPCA pode ser explicada em dois momentos. Na primeira análise, que compreende de agosto a novembro de 2020, o aumento do IPCA em 12 meses⁴⁷ no país ocorreu devido à evolução dos preços livres, que saíram de uma taxa de 2,90% em agosto para 5,52% em novembro de 2020. Neste período, o IPCA-Preços administrados evoluiu de 1,12% (agosto/2020) para 0,91% (novembro/2020) em 12 meses.

Na segunda análise, que compreende de dezembro de 2020 a março de 2021, percebe-se que aceleração do IPCA é explicada, na maior parte, pelo comportamento dos preços administrados⁴⁸, que acumulam nos últimos 12 meses até março, alta de 6,95%. Entre os itens, destacam-se as elevações nos preços da energia elétrica residencial (4,57%), da gasolina (23,48%), do óleo diesel (17,10%) e do gás de botijão 13kg (20,01%) no mesmo período. Diante deste cenário, Comitê de Política Monetária (Copom) estima uma inflação de preços administrados no Brasil de 9,5% para 2021, de acordo com ata da 237ª reunião do Copom⁴⁹, patamar que não se atingia desde outubro de 2018 caso a projeção do Comitê se confirme.

Outro fato que o gráfico 8 mostra é que a variação acumulada em 12 meses dos preços monitorados da RMGV está maior do que a observada no Brasil, refletindo uma maior pressão desses itens na despesa de consumo das famílias capixabas.

A análise por grupos de produtos e serviços revela que alimentação e bebidas (13,87%) e artigos de residência (9,70%) registraram as maiores altas do IPCA no Brasil nos últimos 12 meses. O grupo transportes teve alta de 8,59%, pressionado pelos preços dos combustíveis. A gasolina acumulou um aumento de 23,48% e o óleo diesel 17,10% no país. Pelo lado das quedas, o grupo educação (-1,19%) ainda reflete os efeitos de redução de preços neste setor.

Na RMGV, os preços dos alimentos seguem pressionando o índice nos últimos 12 meses, seguido pelos grupos de artigo de residência (10,15%) e por transportes (10,14%).

⁴⁵ A meta de inflação para 2021 é de 3,75% com um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

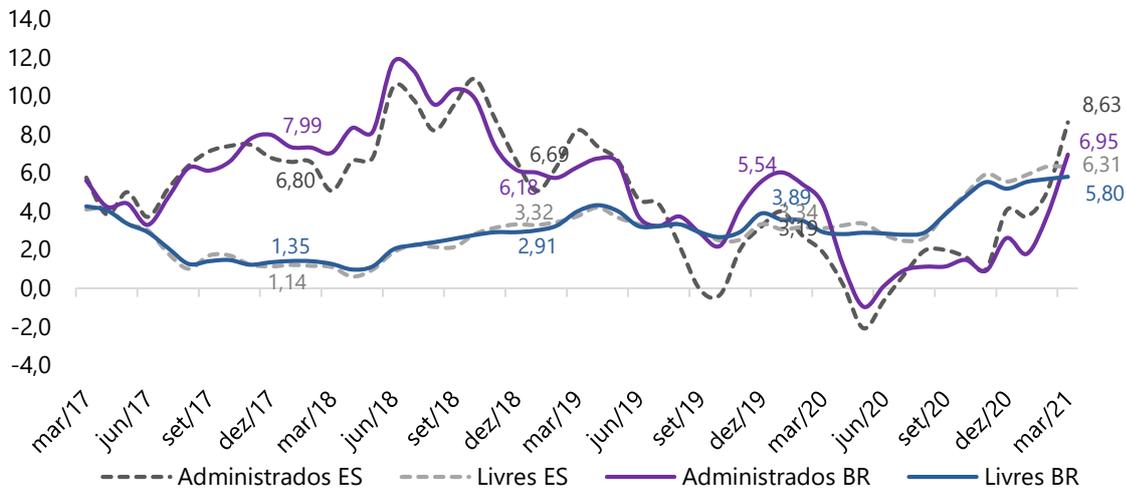
⁴⁶ Em março de 2021, o peso dos preços monitorados no IPCA foi de 25,74 e, portanto, o peso dos preços livres foi de 74,26.

⁴⁷ Em agosto de 2020, para o Brasil, o IPCA em 12 meses acumulava uma alta de 2,44%.

⁴⁸ O IPCA-Preços livres para o Brasil registrou 5,80% em 12 meses até março.

⁴⁹ Veja mais em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascomom>.

Gráfico 8 - IPCA administrados e livres para Grande Vitória e Brasil - Variação acumulada em 12 meses (%)



Fonte: IBGE e BCB.
Elaboração: Ideies/Findes.

Gráfico 9 - IPCA por grupos de produtos e serviços | Variação acumulada em 12 meses (%)



Fonte: IBGE.
Elaboração: Ideies/Findes.

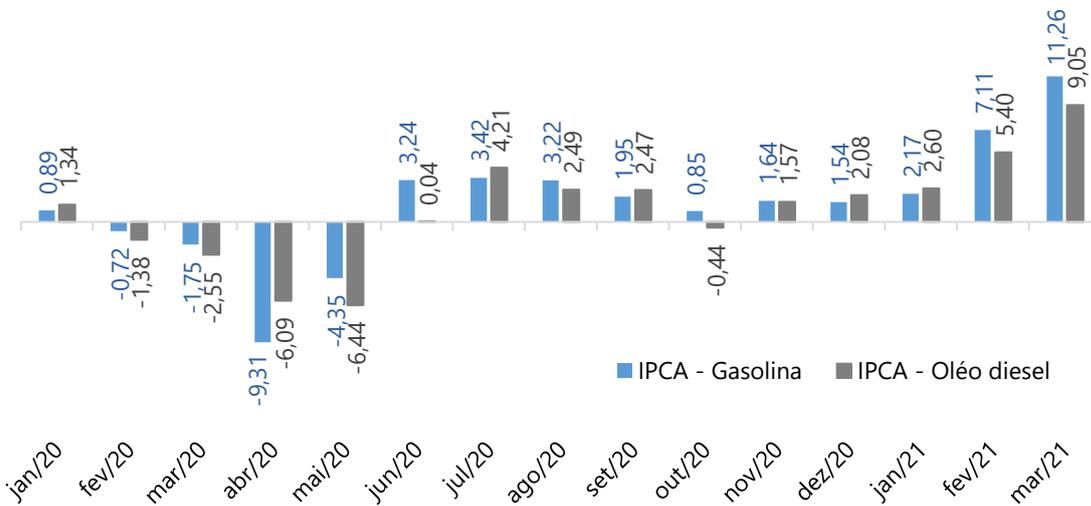
Devido aos recentes reajustes promovidos pela Petrobras nos preços dos combustíveis ao longo de fevereiro e março, estes ganharam destaques nos últimos meses. O gráfico 10 mostra a evolução mensal dos preços da gasolina e do óleo diesel.

Após registrar quedas nos preços nos meses de fevereiro a maio de 2020, intensificadas

principalmente pelos desdobramentos da pandemia de Covid-19, os preços da gasolina e do óleo diesel em 2021 têm contribuído para a aceleração do IPCA do país. De acordo com o Boletim Macro do IBRE/FGV, se não fosse a alta da gasolina de 11,26% em março⁵⁰, o IPCA teria subido 0,35% em vez de 0,93% na variação mensal.

⁵⁰ A variação de 11,26% da gasolina foi responsável por 64% do resultado do IPCA de março de 2021.

Gráfico 10 – Evolução dos preços da gasolina e do óleo diesel ao consumidor final no Brasil | Variação mensal (%)



Fonte: IBGE.
Elaboração: Ideies/Findes.

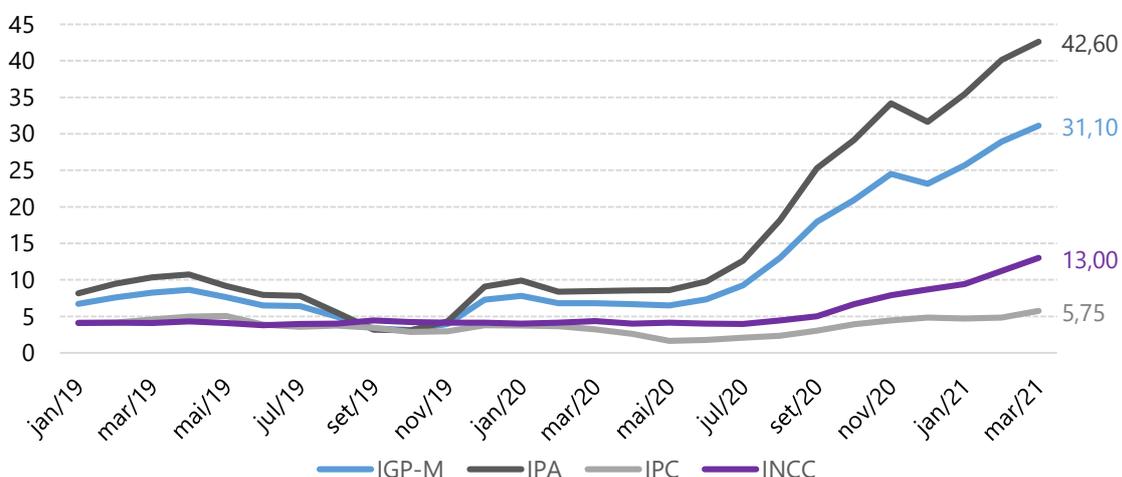
Além da inflação ao consumidor (IPCA), se encontra em 6,10% no acumulado dos últimos 12 meses no país, o acompanhamento do Índice Geral de Preços (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) contribui para captar a variação de preços em relação a outros agentes/canais na economia.

de 42,60% no período. Os demais índices que compõem o IGP-M, o Índice de Preço ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), têm apresentado uma menor aceleração inflacionária, se comparado ao IPA, nos últimos 12 meses.

O IGP-M registrou um aumento de 31,10% no acumulado em 12 meses, puxado pela aceleração dos preços no atacado (Índice de Preços por Atacado – IPA)⁵¹, que registrou alta

Contudo, cabe ressaltar a aceleração dos preços dos itens relacionados à construção civil, visto que em março de 2020, o INCC-M registrava uma alta de 4,35% e em março de 2021, o índice ficou em 13,00%.

Gráfico 11 – IGP-M e seus componentes – Variação (%) acumulada em 12 meses



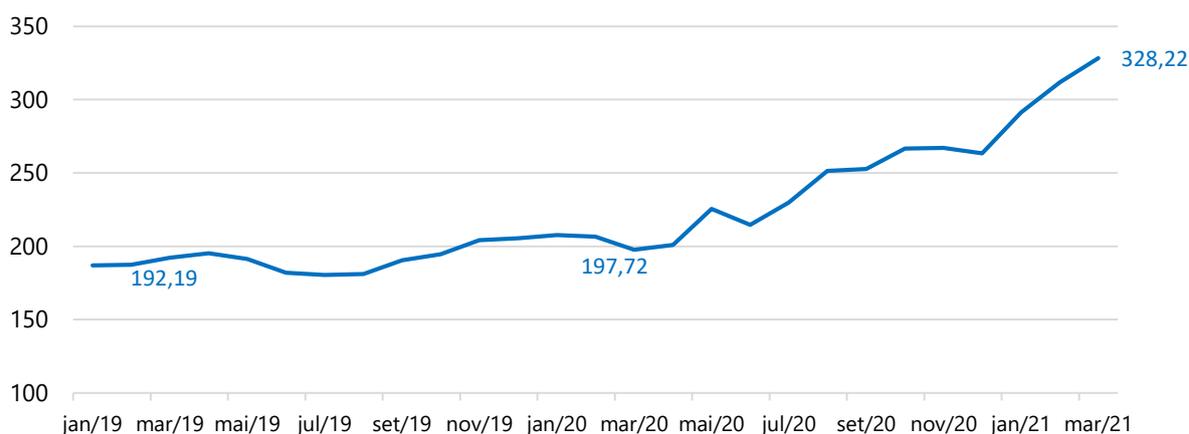
Fonte: FGV e LCA Consultores
Elaboração: Ideies/Findes.

⁵¹ O IPA representa 60% no IGP-M. O IPC e o INCC têm pesos de, respectivamente, 30% e 10% no cálculo do IGP-M.

O gráfico 11 que apresenta a evolução do IGP-M e seus componentes pode ser analisado conjuntamente com o índice de *commodities* (IC-Br) divulgado pelo Banco Central, visto que o índice geral de preços é mais sensível, que o índice de preço ao consumidor, às oscilações dos preços de *commodities* e da taxa de câmbio.

O IC-Br exprime a média mensal ponderada dos preços em reais das commodities relevantes para a dinâmica da inflação brasileira⁵². Nos últimos 12 meses, o IC-Br apresentou uma alta de 66,00%, passando de uma média de R\$ 197,72 em março de 2020 para uma média de R\$ 328,22 em março de 2021.

Gráfico 12 – Evolução do Índice de Commodities (IC-Br) | Cotação média em R\$



Fonte: BCB.

Elaboração: Ideies/Findes.

A taxa de câmbio nominal, por sua vez, tem apresentado uma tendência de depreciação desde o final do ano passado (Gráfico 13). A cotação média ao final de março

foi de R\$/US\$ 5,64 e, para o mesmo período de 2020, representou uma depreciação nominal de 15,6%.

Gráfico 13 – Evolução da taxa de câmbio nominal | (R\$/US\$)



Fonte: BCB.

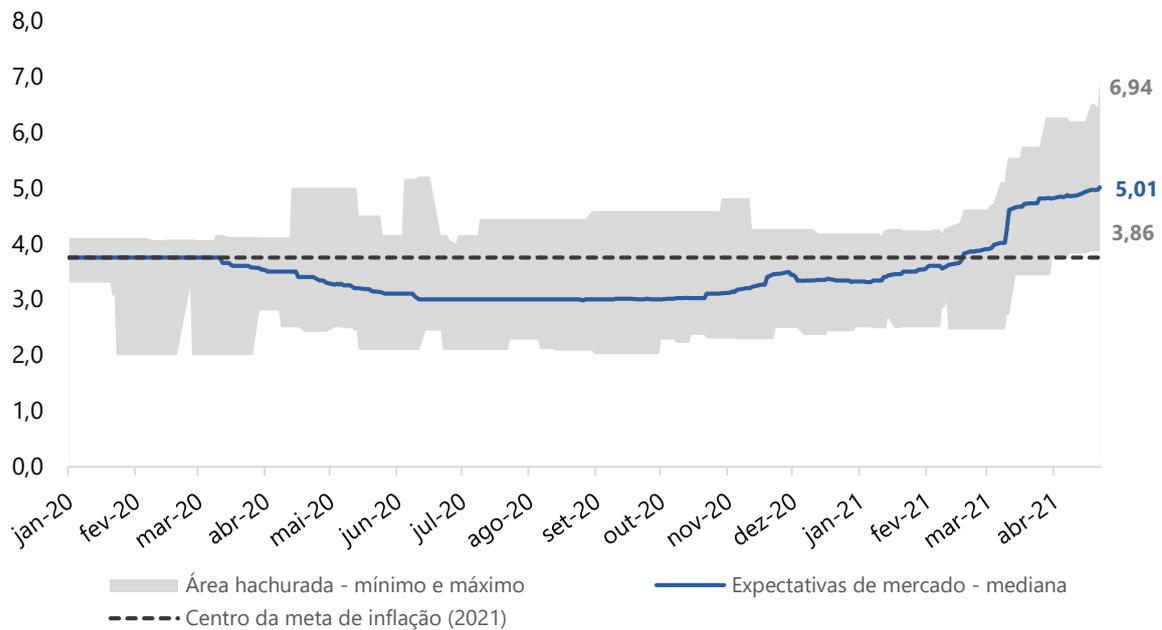
Elaboração: Ideies/Findes.

⁵² De acordo com o Banco Central, o IC-Br agrega de forma ponderada os indicadores relativos aos segmentos Agropecuária, Metal e Energia. O indicador Agropecuária engloba carne de boi, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, café, arroz, carne de porco, suco de laranja e cacau. O segmento Metal contempla alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo, níquel, ouro e prata. O segmento Energia inclui petróleo Brent, gás natural e carvão.

Diante desse cenário de aumentos dos preços dos combustíveis e alta no preço de *commodities*, de acordo com o último Relatório Focus, do dia 23 de abril de 2021,

o mercado espera que a inflação oficial do país feche o ano de 2021 em 5,01%, ficando acima do centro da meta de inflação (3,75%).

Gráfico 14 – Mediana da expectativa de mercado para o IPCA de 2021 – Variação (%) anual



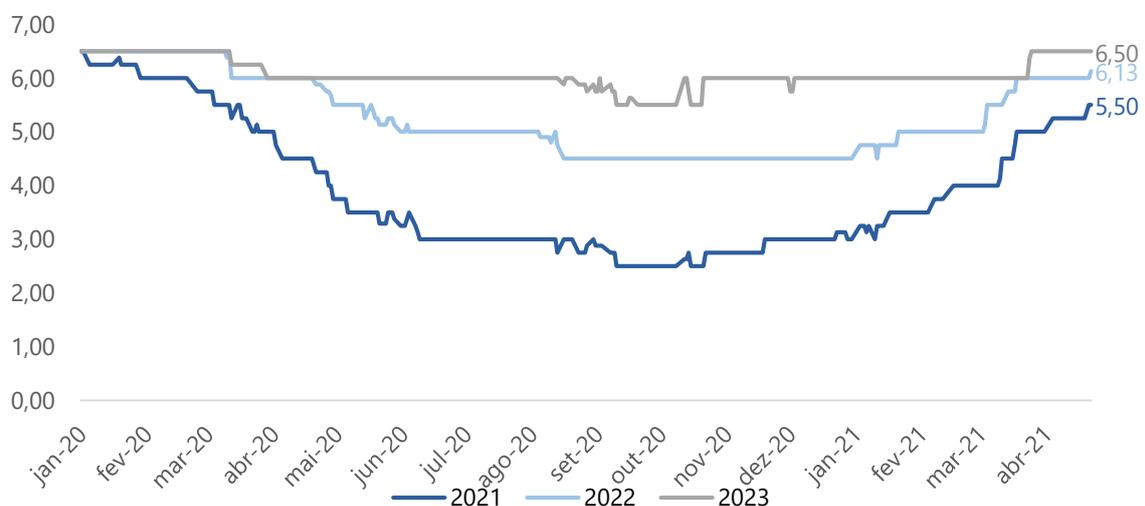
Fonte: BCB.

Elaboração: Ideies/Findes.

Em relação à taxa Selic, nos dias 04 e 05 de maio o Copom voltará a se reunir para decidir o novo patamar da taxa básica de juros, que atualmente está em 2,75% ao ano. Na última reunião ocorrida em março, o Comitê se comprometeu em realizar outro ajuste de 0,75% em maio, caso não haja uma mudança significativa no balanço na trajetória da inflação⁵³.

Desde março a mediana das expectativas de inflação têm apresentado elevação e, com isso, os especialistas do mercado têm ajustado as suas projeções para o fechamento da taxa Selic em 2021, que se encontra em 5,50% a.a. (gráfico 15).

Gráfico 15 – Evolução das projeções da Selic (Focus) – Variação (%) anual



Fonte: Boletim Focus/Banco Central do Brasil

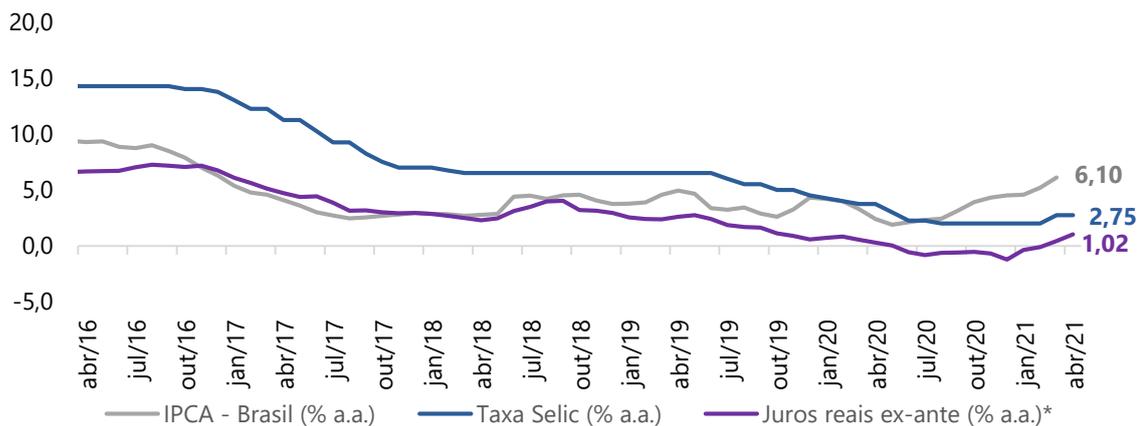
Elaboração: Ideies/Findes

⁵³ Veja mais em <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17341/nota>.

No que se refere à taxa de juros reais da economia, após fechar 2020 com o menor valor registrado na série (-1,22%), em março de 2021 os juros reais ficaram em 0,45% e, para os dados disponíveis até o dia 19 de abril, a média dos juros reais aumentou para 1,02%. Com a

expectativa de uma taxa de inflação no curto prazo em níveis mais elevados e a taxa Selic aumentando, os juros reais ex-ante da economia brasileira, que estavam em território negativo desde junho de 2020, voltaram a registrar taxas positivas em março de 2021.

Gráfico 16 – Evolução do IPCA, da taxa Selic e dos juros reais* no Brasil



(*) Juros Reais Ex-ante ≈ Swap Pré-DI (360 dias) – Inflação (expectativa mediana para os próximos 12 meses).

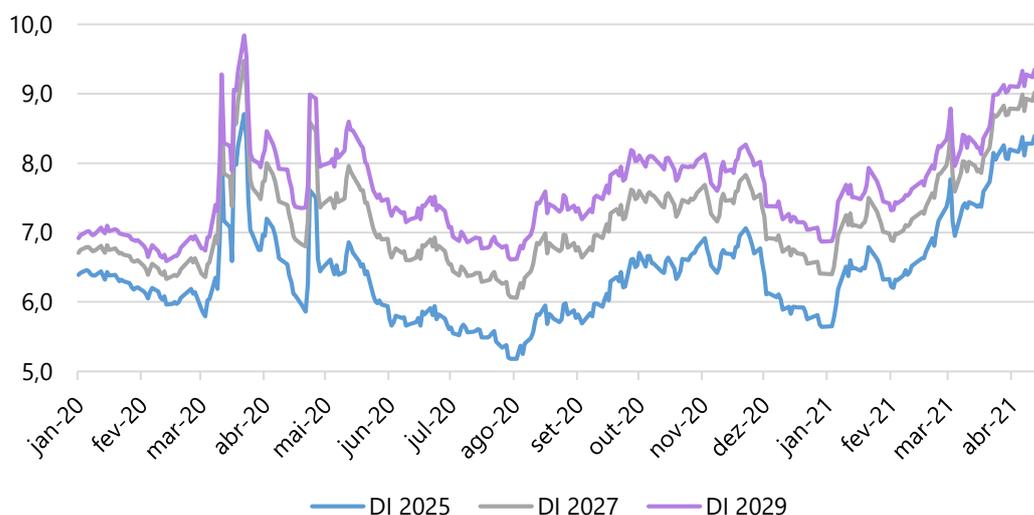
Fonte: BCB e LCA Consultores.

Elaboração: Ideies/Findes.

Para o comportamento da curva de juros de longo prazo no Brasil, o gráfico 17 mostra que as taxas futuras dos contratos de DI para os anos de 2025, 2027 e 2029, após apresentarem redução nos últimos dias de 2020, reverteram a tendência de queda nos primeiros dias de

2021. Até o dia 19 de abril de 2021, a taxa DI 2025 chegou a 8,21% a.a. Em dezembro de 2020, a taxa DI de um contrato para janeiro de 2025 foi de 5,98% ao ano em média.

Gráfico 17 – Curva de juros futuros – Taxa DI (%)



Fonte: B3 e LCA Consultores.

Elaboração: Ideies/Findes.

Em relação à análise conjuntural do mercado de crédito, o volume de crédito em fevereiro de 2021 totalizou R\$ 4,0 trilhões, alta de 0,7% em relação a janeiro de 2021 e de 16,1% quando comparado ao estoque de crédito de fevereiro de 2020.

A carteira de crédito para pessoas físicas alcançou R\$ 2,3 trilhões, crescimento de 0,8% na variação mensal, mantendo o ritmo de expansão pelo nono mês consecutivo. Na comparação com fevereiro de 2020, o crédito para as famílias cresceu 11,3%.

O crédito para as empresas, por sua vez, atingiu R\$ 1,8 trilhão, aumento de 0,6% na análise mensal. Para as grandes empresas o montante se manteve praticamente estável, com uma alta de 0,3%. Para as Micros, Pequenas e Médias empresas (MPMe), o volume de crédito cresceu 1,1%. Na variação interanual, o crédito total às empresas manteve o ritmo de expansão de dois dígitos iniciado em maio de 2020, com alta de 22,9% em fevereiro de 2021.

Quando analisado por tipo de recursos, o mercado de crédito com recursos livres no mês de fevereiro de 2021 se elevou em 0,9% na comparação com o mês imediatamente anterior, impactado pelo aumento das

operações de crédito às empresas (1,2%) relacionadas às modalidades de desconto de duplicatas e recebíveis, antecipação de faturas de cartão, aquisição de veículos, ACC e financiamento a exportações. A carteira de crédito direcionado, por sua vez, aumentou 0,4% na análise mensal.

No Espírito Santo, o saldo das operações de crédito em fevereiro totalizou R\$ 60,3 bilhões, crescimento mensal de 0,9%. Esta é a oitava alta consecutiva, influenciada pelo aumento na carteira de crédito às empresas (1,3%), que alcançou R\$ 26,0 bilhões. O crédito às famílias ficou em R\$ 34,4 bilhões em fevereiro, registrando um aumento de 0,6% na comparação com o mês de janeiro. Na análise interanual, o mercado de crédito capixaba continuou em expansão, com uma variação de 14,7% em relação a fevereiro de 2020.

Em 2021, o mercado de crédito no Espírito Santo continuará a ser um fator importante para impulsionar a retomada econômica no estado, e as medidas de facilitação de acesso ao crédito serão relevantes para reduzir os impactos da pandemia sobre o setor produtivo capixaba⁵⁴.

Tabela 13 – Variações (%) e saldos da carteira de crédito, por tipo de tomador - Brasil e Espírito Santo

Saldo da Carteira de Crédito	Fevereiro de 2020			Janeiro de 2021			Fevereiro de 2021		
	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)
Brasil									
Credito Total	0,6	7,4	3.485,9	-0,1	15,9	4.018,8	0,7	16,1	4.046,9
Pessoa Jurídica	0,7	1,3	1.443,3	-0,9	23,0	1.762,9	0,6	22,9	1.773,9
Micro, Pequena e Média (MPMe)	0,7	6,0	541,4	1,0	35,6	728,9	1,1	36,0	736,6
Empresas de grande porte	0,7	-1,3	901,8	-2,2	15,5	1.034,0	0,3	15,0	1.037,3
Pessoa Física	0,4	12,0	2.042,7	0,6	10,9	2.255,9	0,8	11,3	2.273,1
Recursos Livres	0,9	15,0	2.020,3	-0,3	15,6	2.316,2	0,9	15,7	2.336,8
Pessoa Jurídica	1,6	13,0	891,0	-1,1	23,0	1.079,2	1,2	22,5	1.091,8
Pessoa Física	0,4	16,5	1.129,2	0,4	10,0	1.237,0	0,7	10,3	1.245,1
Recursos Direcionados	0,0	-1,6	1.465,7	0,3	16,2	1.702,6	0,4	16,7	1.710,1
Pessoa Jurídica	-0,7	-13,1	552,3	-0,6	23,0	683,7	-0,2	23,5	682,1
Pessoa Física	0,5	7,0	913,4	0,9	12,1	1.018,9	0,9	12,5	1.028,0
Espírito Santo									
Credito Total	-0,6	5,8	52,6	0,3	13,1	59,8	0,9	14,7	60,3
Pessoa Jurídica	0,0	4,3	21,0	-0,2	21,8	25,6	1,3	23,4	26,0
Pessoa Física	1,0	6,9	31,5	0,7	7,3	34,2	0,6	9,0	34,4

Nota: Variação ao mês refere-se à comparação ao mês imediatamente anterior. Variação Interanual é a comparação do mês de referência contra o mesmo mês do ano anterior.

Fonte: Banco Central - Elaboração: Ideies / Findes

⁵⁴ A edição da Medida Provisória (MP) n° 958, em abril de 2020, teve um importante papel em destravar o acesso de crédito às empresas, principalmente pela dispensa, por seis meses, das exigências previstas em lei para as contratações e as negociações de operações de crédito. A medida provisória n° 1.028, de fevereiro de 2021, também estabelece normas para facilitação de acesso ao crédito, suspendendo exigências para contratações de empréstimos com instituições financeiras públicas e privadas até 30 de junho. Veja mais informações em <<https://bit.ly/30PBCXH>>

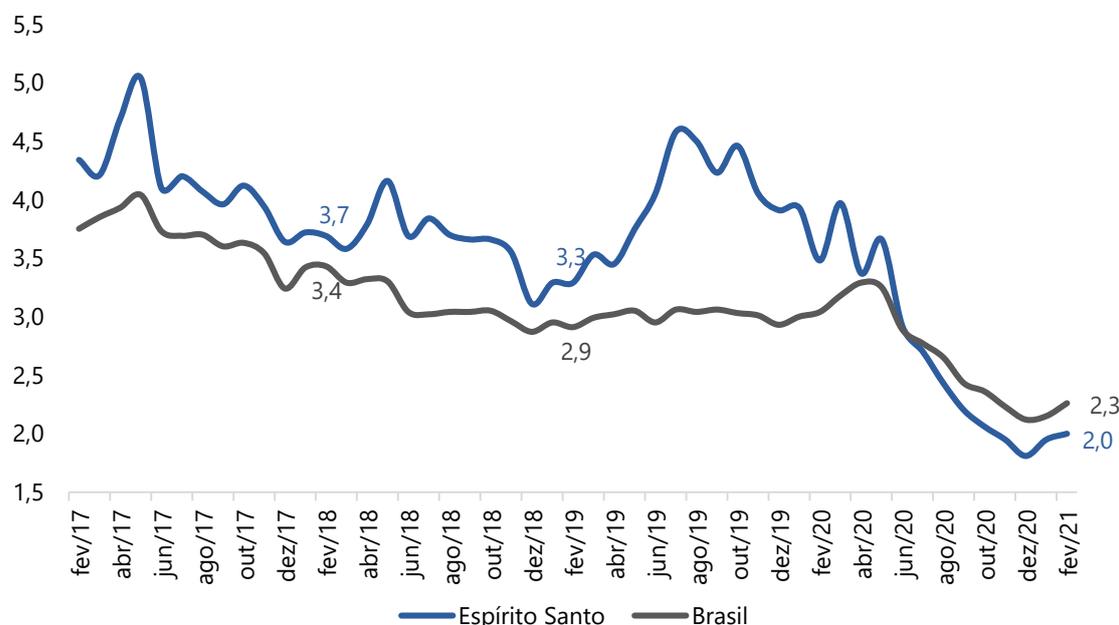
Em fevereiro de 2021, a taxa de inadimplência das operações de crédito no Brasil alcançou 2,3%. Em dezembro de 2020, os atrasos superiores a 90 dias registraram o menor valor da série histórica (2,1%), iniciada em março de 2011, em razão da postergação de pagamentos e renegociações de parcelas de empréstimos em diversas modalidades de crédito realizadas durante a pandemia. O resultado de fevereiro de 2021 teve um crescimento de 0,2 p.p. em relação ao mês anterior, que foi distribuído nos segmentos das operações de crédito às empresas (0,2 p.p) e às famílias (0,1 p.p.).

No Espírito Santo, a taxa de inadimplência ficou

praticamente estável na passagem de janeiro (1,95%) para fevereiro (2,00%) de 2021. O aumento de 0,05 p.p. foi influenciado pela taxa de inadimplência dos empréstimos para empresas capixabas (1,1%), que registrou uma alta de 0,1 p.p.

Mesmo com o módico aumento das taxas de inadimplência do país e do estado neste início de ano, os atrasos superiores a 90 dias continuaram em patamares baixos, conforme pode ser visto no gráfico 18.

Gráfico 18 – Taxa de inadimplência da carteira de crédito - Espírito Santo e Brasil

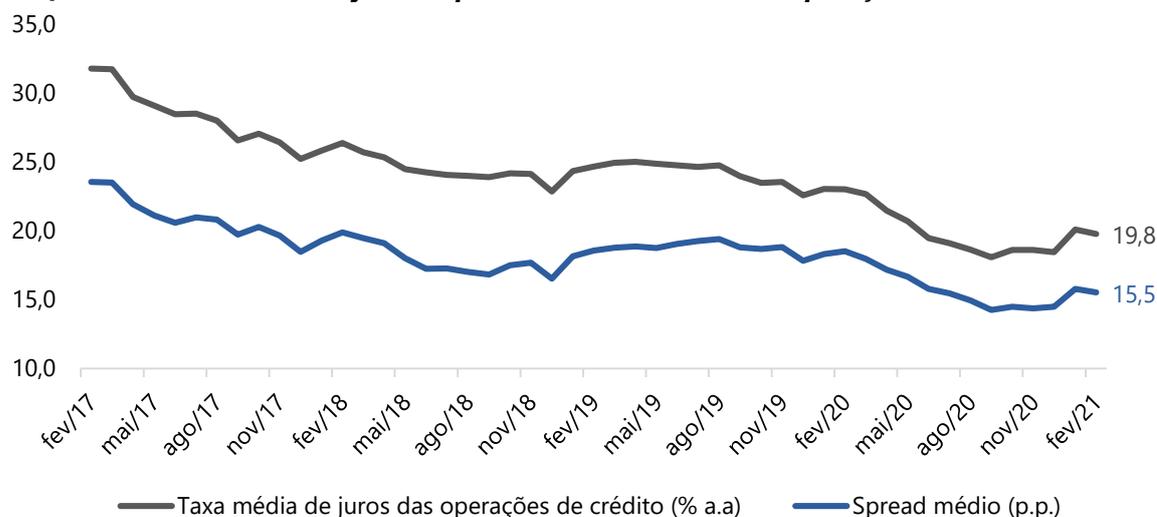


Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Findes

No que refere aos custos do crédito, a taxa média de juros do país recuou -0,3 p.p. em fevereiro de 2021, ao passar de 20,1% a.a. para 19,8% a.a. A queda da taxa média de juros nacional foi puxada pela redução de -1,3 p.p. nas taxas de juros cobradas nas operações de crédito às empresas, que ficou em 12,2%. A taxa de juros das operações de crédito às famílias avançou 0,3 p.p. e ficou em 24,6% no mês de fevereiro de 2021, a maior taxa desde julho de 2020.

O spread bancário médio total, que mede a diferença entre a taxa média de juros das novas operações de crédito contratadas e o custo de captação referencial médio, situou-se em 15,5 p.p. em fevereiro de 2021, redução de -0,2 p.p. na comparação com janeiro de 2021. Após dois aumentos consecutivos, esta queda foi influenciada, principalmente, pelo recuo do spread médio das operações de crédito às empresas (-0,9 p.p.). O spread médio das operações de crédito às famílias ficou em 20,6 p.p., aumento de 0,1 p.p.

Gráfico 19 – Taxa média de juros e spread médio bancário das operações de crédito no Brasil



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Findes

Com relação às taxas médias de juros cobradas pelos principais bancos do país, na comparação dos dados da primeira semana de abril em relação à primeira semana de março de 2021, observa-se aumento na média total das taxas de juros ao mês nas modalidades de capital de giro. Nas modalidades de desconto de duplicatas e conta garantida, a média das taxas de juros mensais ficou constante na passagem de março para abril. Ao ano, a média total das taxas de juros nas modalidades de capital

de giro de mais longo prazo (acima de 365 dias) e desconto de duplicatas aumentaram, respectivamente, 2,2 p.p. e 0,6 p.p. No Espírito Santo, as taxas médias de juros (ao mês e ao ano) cobradas pelo Banestes para as modalidades de capital de giro se elevaram, na mesma base comparativa⁵⁵. A única modalidade de crédito que teve seus custos reduzidos ao mês e ao ano foi a de conta garantida.

Tabela 14 - Taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições financeiras do varejo - Pessoa Jurídica

Período Analisado: de 01/04/2021 a 08/04/2021

Instituição	Capital de Giro até 365 dias		Capital de Giro superior 365 dias		Conta Garantida		Desconto de Duplicatas		Adiantamento sobre Contrato Câmbio	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
	a.m.	a.a.	a.m.	a.a.	a.m.	a.a.	a.m.	a.a.	a.m.	a.a.
Banco do Brasil	1,2	16,0	1,4	17,5	2,2	30,5	1,3	17,4	0,3	3,8
Caixa Econômica	1,7	22,7	1,2	15,9	-	-	2,0	23,5	0,4	5,0
Santander	2,5	33,8	2,5	34,2	2,2	30,4	0,7	8,4	0,2	2,8
Itaú-Unibanco	1,2	15,1	1,3	16,8	3,0	42,0	1,1	13,5	0,1	0,8
Bradesco	1,3	16,8	1,6	20,4	2,9	40,7	0,8	9,4	0,2	1,8
Banestes	2,2	30,1	2,7	38,2	2,3	31,7	2,1	27,6	-	-
Média Total	1,58	20,9	1,6	21,0	2,6	35,9	1,2	14,4	0,2	2,8
Varição Banestes*	0,5	7,8	1,1	17,2	-0,2	-2,6	0,0	0,1	-	-
Varição média total*	0,1	-2,6	0,1	2,2	0,0	-0,7	0,0	0,6	-0,1	-0,7

* Variação de p.p. em comparação com as taxas do período de 01/03/2021 a 05/03/2021

Fonte: Instituições Financeiras / Banco Central

Elaboração: Depecon / Fiesp & Ideies / Sistema Findes

⁵⁵ Em 2020, o volume total de crédito concedido pelo Banestes foi de **mais de R\$ 3,3 bilhões**. Em créditos emergenciais, concedeu **mais de R\$ 545 milhões**, em mais de 16 mil operações. Em relação a repactuação de operações de crédito em até cinco anos, o valor total atingiu um volume superior a **R\$ 428,4 milhões**. **Veja mais informações em https://banestes.com.br/informes/2021/2021_04_06_01.html**.

4. Finanças Públicas Estaduais

A análise das contas públicas do Espírito Santo no primeiro trimestre de 2021, apuradas a partir do Portal da Transparência do governo estadual, mostra queda no montante da arrecadação e uma redução mais intensa das despesas, em comparação com o mesmo período de 2020.

As receitas tiveram uma queda real de -5,2% em comparação com o acumulado nos três primeiros meses do ano passado, totalizando R\$ 4,3 bilhões. No primeiro trimestre de 2021, as despesas se reduziram em -15,6%, nesta mesma base de comparação, registrando um total de R\$ 3,0 bilhões⁵⁶.

Tabela 15 - Receitas e Despesas do Governo do Espírito Santo - 2020 e 2021 (em R\$ milhões)

Receitas e despesas ²	Jan - Mar 2020 (a)	Jan - Mar 2021 (b)	Variação (R\$) 2021-2020 (b) - (a)	Variação (%) 2021/2020 (b) / (a)	Previsão 2021 (c)	Realizado 2021 (%) (b) / (c)
Receita Total	4.585	4.345	-240	-5,2	18.902	23,0
Receita Tributária	3.520	3.892	372	10,6	13.665	28,5
ICMS Total	3.105	3.442	338	10,9	11.514	29,9
ICMS - Comércio	655	773	118	18,0	2.677	28,9
ICMS - Indústria	449	584	135	30,0	1.729	33,8
Outras Receitas	415	449	34	8,2	2.151	20,9
Tributárias						
Transferências Correntes	1.520	1.721	201	13,2	5.336	32,3
FPE	466	514	47	10,2	1.594	32,2
IPI	51	76	25	49,6	187	40,6
Royalties e Part. Especiais	451	364	-87	-19,3	1.426	25,5
Demais Transf. Correntes	552	767	215	39,0	2.129	36,0
Demais Receitas	1.041	354	-687	-66,0	5.421	6,5
(-) Deduções da Receita	-1.497	-1.622	-125	8,4	-5.520	29,4
Despesa Total	3.566	3.009	-557	-15,6	18.134	16,6
Pessoal e Encargos Sociais	2.290	1.679	-612	-26,7	9.998	16,8
Investimentos	93	81	-12	-13,2	1.997	4,0
Demais Despesas	1.182	1.250	67	5,7	6.139	20,4

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de março/2021.

Nota 2: Despesas liquidadas.

Fonte: Portal da Transparência ES - Elaboração: Ideies / Findes.

Pelo lado das receitas, mesmo com o crescimento da receita tributária e das transferências correntes, a queda de -5,2% foi puxada pelo item das demais receitas, devido à redução de -91,9% das receitas intraorçamentárias⁵⁷. Ademais, houve aumento de 8,4% nas deduções da receita⁵⁸, com destaque as do Fundeb e as transferências aos municípios que cresceram 10,6% e 9,8%,

respectivamente.

Na análise mais detalhada da arrecadação estadual, observa-se que a receita tributária ampliou em 13,2% na comparação entre os três primeiros meses de 2020 e os de 2021.

⁵⁶ A diferença entre as receitas totais (R\$ 2,93 bi) e as despesas totais (R\$ 1,81 bi) do Governo do Estado de janeiro a fevereiro de 2021, que corresponde a R\$ 1,12 bilhão, não se trata de resultado de caixa ou de resultado primário, por incluir todas as receitas recebidas e todas as despesas liquidadas pelo Poder Executivo. Refere-se, portanto, apenas a um acompanhamento de fluxo orçamentário. Algo a ser destacado é que o Portal da Transparência do ES (fonte dos dados) ainda aponta as despesas referentes às funções do Poder Judiciário (R\$ 149,2 milhões) e do Poder Legislativo (R\$ 21,0 milhões), que não são englobadas nas análises deste Boletim. As despesas dos poderes Judiciário e Legislativo foram deflacionadas pelo IPCA de fevereiro/2021.

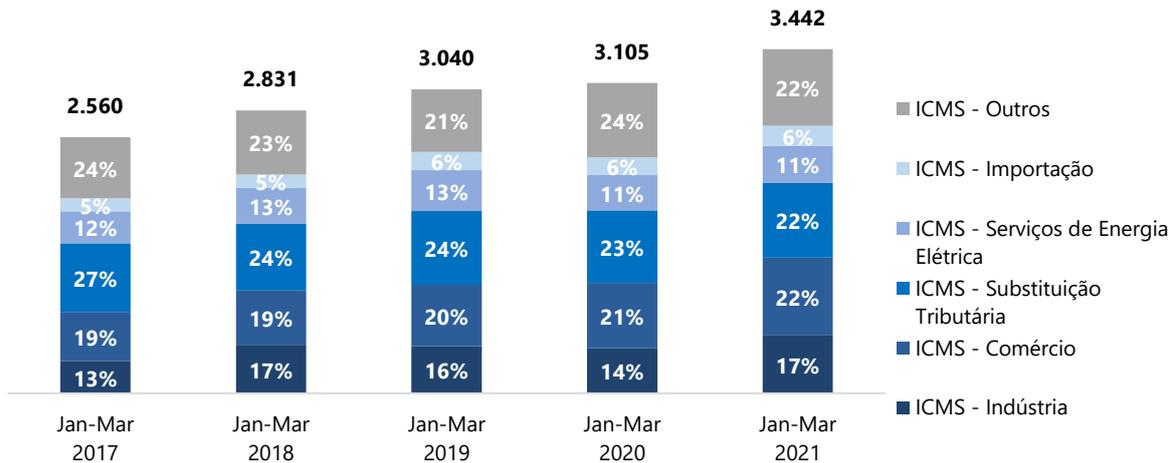
⁵⁷ As receitas intraorçamentárias são aquelas receitas decorrentes da execução da despesa intraorçamentárias e ocorrem entre órgãos ou entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social. Dentre desta categoria, as receitas de contribuição totalizaram R\$ 53,7 milhões no primeiro trimestre de 2021. No mesmo período de 2020, essa rubrica foi de R\$ 664,8 milhões.

⁵⁸ São deduzidos das receitas valores referentes ao Fundeb, transferências aos municípios, restituições de receita e outras deduções.

Em relação ao ICMS, principal imposto que compõe a receita estadual, o aumento foi de 10,9%, com destaque para o crescimento do ICMS-Indústria que registrou uma receita de R\$ 584 milhões no primeiro trimestre de 2021,

sendo 30,0% superior ao total arrecadado no mesmo período de 2020. O ICMS-comércio teve uma alta de 18,0% na mesma base de comparação.

Gráfico 20 - Receitas de ICMS (em R\$ milhões) e participação (%) por setor – Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de março/2021.

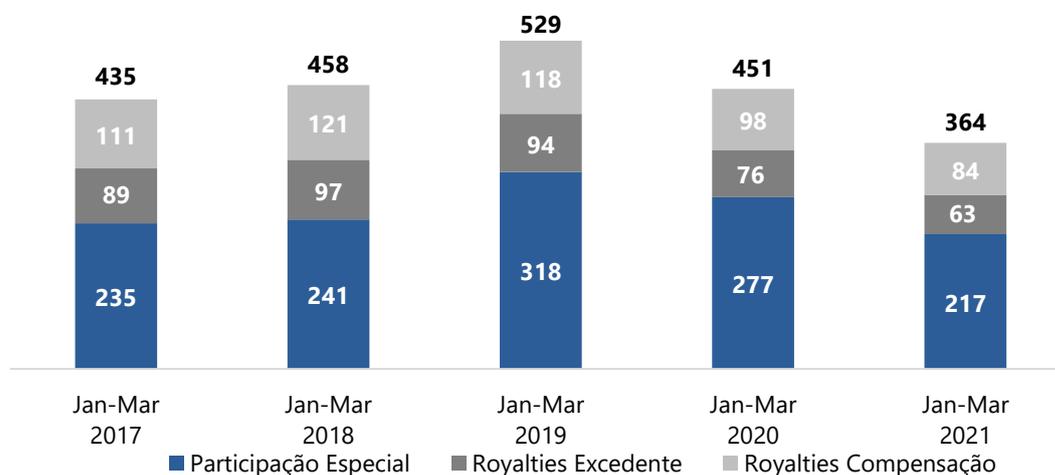
Fonte: Portal da Transparência ES.

Elaboração: Ideies / Findes.

Outra importante fonte de recurso do governo estadual são as transferências correntes, que de janeiro a março de 2021 tiveram uma participação de 40% na receita total realizada. As principais transferências para o Espírito Santo são referentes ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e às atividades de exploração do petróleo, recebidas como royalties ou participações especiais.

No acumulado de janeiro e a março deste ano, o valor recebido pelo FPE foi de R\$ 514 milhões, um aumento real de 10,2% se comparado com o período de 2020. Já o montante a título de royalties e participações apresentou uma queda de -19,3% nesta mesma base de comparação, totalizando R\$ 364 milhões.

Gráfico 21 - Receitas do Petróleo - Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de março/2021.

Fonte: Portal da Transparência ES.

Elaboração: Ideies / Findes.

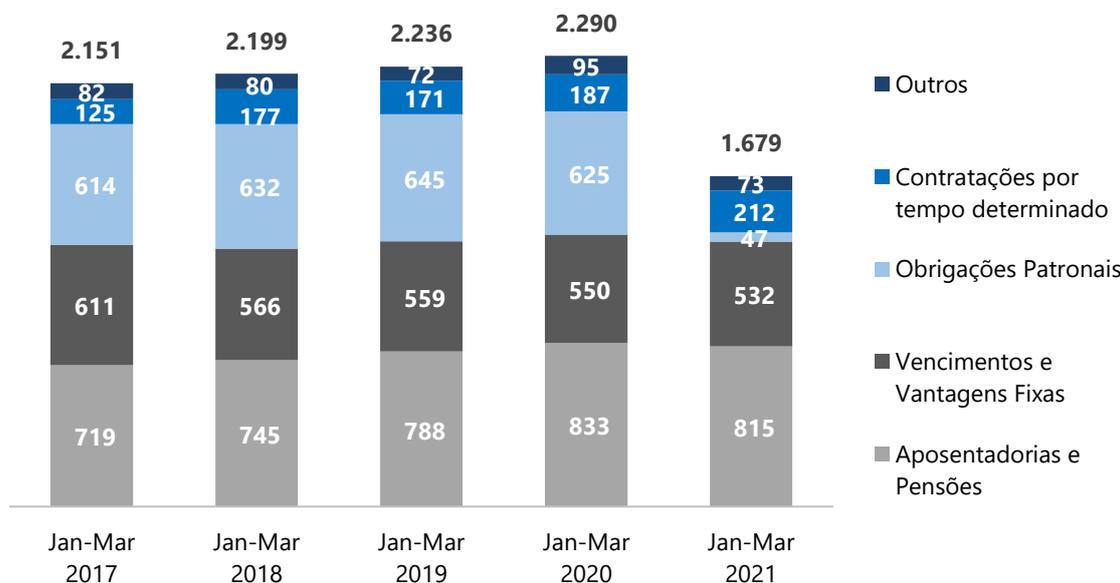
Apesar do desempenho negativo das receitas de petróleo no início de 2021, o total das transferências recebidas pelo Estado aumentou neste ano, quando comparado com os três primeiros meses de 2020. O crescimento de 13,2% das transferências correntes foi puxado pelos recursos provenientes da receita da União, como o FPE e a participação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), além dos recursos recebidos de acordo com a Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/1996)⁵⁹ que, em janeiro de 2021, totalizou R\$ 138,8 milhões.

No lado das despesas estaduais, a principal delas é o gasto com pessoal, que engloba salários, aposentadorias, dentre

outras. Essa rubrica representou 56% das despesas totais liquidadas no primeiro trimestre de 2021.

Em relação ao mesmo período do ano anterior, as despesas com pessoal reduziram 26,7%, totalizando R\$ 1,68 bilhão, com a expressiva queda dos gastos com as obrigações patronais (-92,8%) em consequência da diminuição na alíquota de contribuição patronal dos poderes estaduais⁶⁰. Na mesma base de comparação, houve aumento de 12,9% nos gastos com contratações por tempo determinado.

Gráfico 22 - Despesas com pessoal e encargos sociais (em R\$ milhões) – Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de março/2021.

Nota 2: Despesas liquidadas.

Fonte: Portal da Transparência ES.

Elaboração: Ideies / Findes.

Na análise das despesas sob a ótica da função, a Previdência Social representou o maior dispêndio no primeiro trimestre de 2021, totalizando R\$ 764,3 milhões com crescimento

de 7,0% em relação ao mesmo período de 2020. Os gastos com Saúde apresentaram elevação de 3,0% e chegaram a R\$ 716,1 milhões entre janeiro e março de 2021.

⁵⁹ A Lei Kandir isentou o pagamento de ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços com o objetivo de estimular a exportação e tornar os produtos brasileiros exportados mais competitivos no mercado internacional. De acordo com Senado Federal, até 2003, a Lei Kandir garantiu aos estados o repasse de valores a título de compensação pelas perdas decorrentes da isenção de ICMS, mas, a partir de 2004, a Lei Complementar nº 115 de 2002 – uma das que alterou essa legislação –, embora mantendo o direito de repasse, deixou de fixar o valor. Com isso, os governadores precisam negociar a cada ano com o Executivo o montante a ser repassado, mediante recursos alocados no orçamento geral da União.

No final de 2020, a Câmara dos Deputados aprovou as regras de repasse de compensação da Lei Kandir e o Espírito Santo receberá até 2037 R\$ 2,5 bilhões, sendo R\$ 1,9 bilhão para o governo do estado e R\$ 638,5 milhões aos 78 municípios capixabas. Veja mais em <https://www.agazeta.com.br/es/economia/camara-aprova-regras-de-compensacao-da-lei-kandir-es-vai-receber-r-25-bi-1220>.

⁶⁰ Por meio da Lei Complementar nº 945/2020, a partir do mês de março de 2020, o Governo do Estado do Espírito Santo alterou a alíquota da contribuição patronal de 22% para 14%, recolhida para os fundos próprios de previdência, como forma de alívio de caixa durante a pandemia. Veja mais em <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC9452020.html>.

Os gastos com Encargos Especiais (R\$ 352,3 milhões), Educação (R\$ 336,8 milhões) e Segurança Pública (R\$ 319,4 milhões) foram as outras principais despesas do orçamento estadual no primeiro trimestre de 2021. Pela tabela 16, as

despesas com Administração, Assistência Social e Segurança Pública foram as que tiveram as maiores quedas em relação ao primeiro bimestre de 2020 ao recuarem, respectivamente, -70,5%, -43,9% e -37,0%.

Tabela 16 - Despesas por função – Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)

Funções	Jan - Mar 2020 (em R\$ milhões)	Jan - Mar 2021 (em R\$ milhões)	Participação em 2021 (%)	Varição (%) 2021/2020
Saúde	695,4	716,1	23,8%	3,0%
Previdência Social	764,3	818,1	27,2%	7,0%
Educação	524,7	336,8	11,2%	-35,8%
Segurança Pública	507,1	319,4	10,6%	-37,0%
Encargos Especiais	381,0	352,3	11,7%	-7,5%
Administração	246,4	72,8	2,4%	-70,5%
Transporte	108,9	126,8	4,2%	16,4%
Direitos da Cidadania	129,4	122,4	4,1%	-5,4%
Agricultura	47,2	31,0	1,0%	-34,4%
Assistência Social	46,1	25,9	0,9%	-43,9%
Outros*	114,9	87,5	2,9%	-23,8%
Total	3.565,6	3.009,0	100,0%	-15,6%

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de março/2021.

Nota 2: Despesas liquidadas.

Nota 3: a categoria "Outros" engloba as seguintes funções: Essencial à Justiça, Urbanismo, Ciência e Tecnologia, Saneamento, Gestão Ambiental, Comércio e Serviços, Cultura, Desporto e Lazer, Comunicações, Indústria, Habitação, Trabalho.

Fonte: Portal da Transparência ES.

Elaboração: Ideies / Findes.

Analisando especificamente para as despesas liquidadas no que se refere ao enfrentamento à Covid-19, estas totalizaram R\$ 226,7 milhões de janeiro a março de 2021, representando 7,5% em relação ao total das despesas liquidadas no primeiro trimestre do ano. Quando se

analisa cada despesa pela ótica da função (tabela 17), constata-se que o governo estadual destinou 24,8% total despendido com Saúde para o enfrentamento da Covid-19 e 26,1% dos gastos com transporte foram destinados para ações de enfrentamento da Covid-19.

Tabela 17 - Despesas com enfrentamento à Covid-19 por função (em R\$ milhões) – Governo do Espírito Santo, janeiro a março de 2021

Descrição	Despesas liquidadas (a)	Despesas liquidadas - Covid-19 (b)	Participação - % (a)/(b)
Total	3.009,0	226,7	7,5
Saúde	716,1	177,4	24,8
Transporte	126,8	33,0	26,1
Educação	336,8	14,6	4,3
Comunicações	4,5	1,6	34,7
Comércio e Serviços	4,6	0,0	0,0

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de março/2021.

Nota 2: Despesas liquidadas.

Nota 3: As despesas relacionadas à Comércio e Serviços foram de R\$ 680,36 no período.

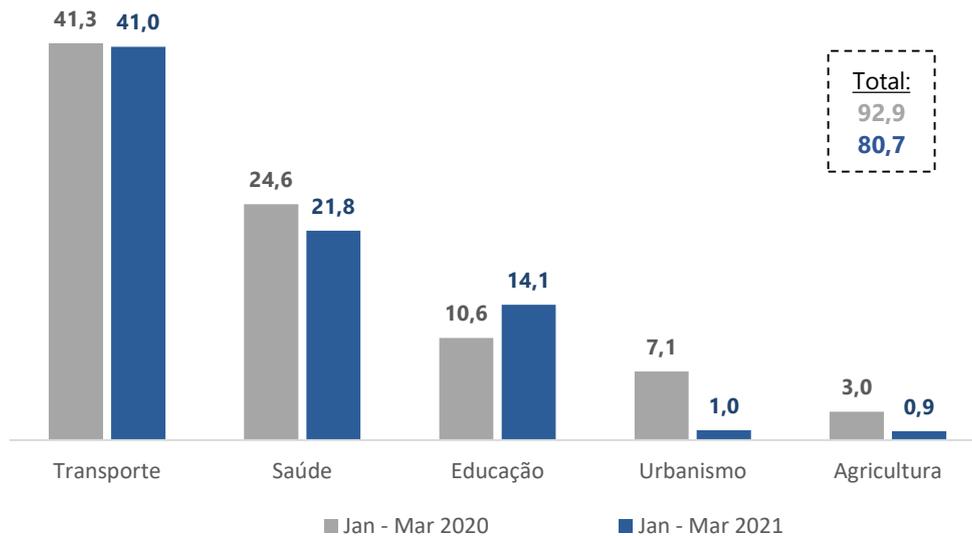
Fonte: Portal da Transparência ES.

Elaboração: Ideies / Findes.

Outro importante componente da despesa total que deve ser acompanhado são os investimentos. Entre janeiro e março deste ano foram gastos R\$ 80,7 milhões com essa rubrica, valor -13,2% inferior ao do mesmo período de 2020 (R\$ 92,9 milhões).

Quando se analisa os investimentos por função, entre as principais rubricas destaca-se a elevação dos gastos com educação que teve um crescimento de 32,5% em comparação ao mesmo período de 2020, alcançando R\$ 14,1 milhões em investimento.

Gráfico 23 - Principais Investimentos, por função (em R\$ milhões) - Governo do Espírito Santo

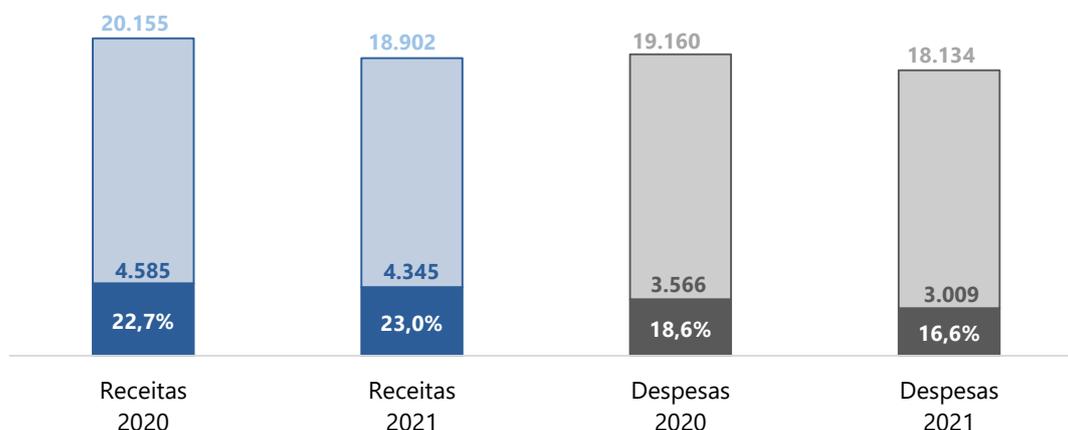


Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de março/2021.
Nota 2: Despesas liquidadas.
Fonte: Portal da Transparência ES.
Elaboração: Ideies / Findes.

Diante deste cenário, considerando o primeiro trimestre transcorrido, as receitas arrecadadas alcançaram 23,0% do total previsto para o ano, enquanto as despesas somam 16,6% do previsto no orçamento. O gráfico 24

mostra que o total arrecadado em 2021 ficou próximo ao observado em 2020, ao passo que se percebe um controle maior pelo lado das despesas.

Gráfico 24 - Receitas e despesas orçadas para o ano (em R\$ milhões) e total realizado (em % e em R\$ milhões) - Governo do Espírito Santo, janeiro a março - 2020 e 2021



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de março/2021.
Nota 2: Despesas liquidadas.
Fonte: Portal da Transparência ES.
Elaboração: Ideies / Findes.

5. Comentários Finais

Em abril, as informações conjunturais divulgadas se referiram ao desempenho da economia nos meses de fevereiro e março e, portanto, não captaram os efeitos do endurecimento das medidas restritivas aplicadas em março e abril nos estados brasileiros, devido à deterioração do quadro sanitário provocado pelo aumento no número de casos e de óbitos pela Covid-19.

Especificamente sobre o desempenho da indústria capixaba, vale destacar que o seu funcionamento não foi limitado a partir dos decretos do Governo do Estado no combate à pandemia. Contudo, o fechamento temporário do comércio traz reflexos negativos sobre o nível de produção de determinados setores da indústria, dado que parte do seu desempenho é atrelado ao volume de vendas no comércio. Sendo assim, os bons resultados de fevereiro podem, em um primeiro momento, trazer a ideia de recuperação da economia estadual e, inclusive, premeditar um bom desempenho no primeiro trimestre, sendo que os reais impactos sobre o nível da atividade econômica local ainda não foram mensurados.

Entre as medidas socioeconômicas anunciadas pelo Governo do Estado do Espírito Santo no enfrentamento aos impactos econômicos provocados pelo agravamento da pandemia está a criação de duas novas modalidades de política de crédito, o Fundo de Proteção ao e o Programa Bandes de Investimento nos Municípios do Espírito Santo (Procidades). Assim como em 2020, o mercado de crédito no Espírito Santo, sobretudo o acesso às linhas emergenciais pelas famílias e empresas capixabas, continua a ser um fator importante para a manutenção de empregos e do empreendedorismo local.

Outra diferença entre o enfrentamento à pandemia em 2021 e 2020 tem sido o pagamento do auxílio emergencial, que nesse ano deverá ser menor que o no ano passado. Até abril de 2020 havia sido pago pela União o total de R\$ 35,78 bilhões às famílias brasileiras em auxílio (dos R\$ 293,11 bilhões pagos em 2020), enquanto no mesmo período de 2021 esse valor foi reduzido para R\$ 9,71 bilhões. Vale destacar que, além desse auxílio, no Espírito Santo, entre as medidas de apoio social pelo Governo do Estado em 2021 está o programa do Cartão ES Solidário, que consiste em um auxílio financeiro temporário às famílias do estado que se encontram em situação de extrema pobreza.

De acordo com a Emenda Constitucional nº 109 (da promulgação da PEC Emergencial), as despesas da União com o auxílio poderão chegar a R\$ 44 bilhões em 2021, sem que sejam contabilizadas no teto de gastos do ano. Com relação ao exercício financeiro da União em 2021, em abril foi bastante debatida a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021, recentemente sancionada com vetos pelo Presidente da República e que passou a considerar o trecho que exclui do resultado primário de 2021 as despesas temporárias no enfrentamento à pandemia, solucionando, dessa forma, o imbróglio em torno das despesas obrigatórias subestimadas e do aumento das cifras com emendas parlamentares contidas no texto do orçamento.

Com a marca de mais de 401 mil mortes pela Covid-19 no Brasil, um dos próximos desafios a ser enfrentado pelo Governo Federal e pelos Governos Estaduais diz respeito à instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, que investigará a condução do Governo Bolsonaro no combate à doença no país e o destino dos recursos federais no período da crise.

Anexo 1 - Números da vacinação contra a Covid-19, países selecionados

País	Doses administradas	Doses administradas por 100 habitantes	Pessoas imunizadas vacinadas ¹	% Pessoas imunizadas vacinadas	Tamanho população (em milhões)
Estados Unidos	237.360.493	70,97	91.571.946	27,89%	330,1
Índia	149.268.772	10,82	25.456.864	1,86%	1.361,9
Reino Unido	48.138.009	70,91	14.043.961	21,01%	66,8
Brasil	46.340.289	19,72	15.132.178	7,15%	211,8
Alemanha	28.774.580	34,34	6.381.397	7,67%	83,2
França	20.969.346	30,77	6.092.233	9,08%	67,1
Rússia	19.523.861	13,38	7.371.691	5,10%	142,6
México	17.357.993	13,46	6.752.282	5,29%	126,0
Chile	14.618.879	76,47	6.569.794	34,66%	19,1
Canadá	13.131.871	34,79	1.082.053	2,87%	38,0
Israel	10.494.279	121,24	5.090.923	56,23%	9,1
Emirados Árabes Unidos	10.466.251	105,82	3.836.521	39,26%	9,3
Argentina	7.715.006	17,07	908.441	2,02%	40,1
Portugal	3.203.178	31,41	863.231	8,40%	10,3
Mundo	1.108.693.053	14,22	261.719.711	3,41%	7.744,2

¹A depender do regime da vacina, o percentual ótimo de imunização proposto pela vacina em questão será atingido a partir da administração de mais de uma dosagem. Levantamento em 30/04/2021 com dados apurados em 29/04/2021..

Fontes: Universidade John Hopkins, Our World Data, Consórcio de veículos de imprensa.

Elaboração: Ideies / Findex

Anexo 2 - Números da vacinação contra a Covid-19 nos estados brasileiros

Estado	Total de doses recebidas	1ª dose aplicada	% população vacinada com 1ª dose	2ª dose aplicada	% população vacinada com 2ª dose	Tamanho população (milhões)
Acre	203.390	92.979	10,39%	27.245	3,05%	0,89
Alagoas	785.410	445.630	13,30%	193.476	5,77%	3,35
Amazonas	1.450.759	596.409	14,17%	256.132	6,09%	4,21
Amapá	153.900	86.335	10,02%	37.602	4,36%	0,86
Bahia	4.006.300	2.353.610	15,76%	1.067.158	7,15%	14,93
Ceará	2.238.250	1.318.465	14,35%	681.739	7,42%	9,19
Distrito Federal	825.560	424.833	13,91%	246.346	8,06%	3,06
Espírito Santo	1.170.220	677.106	16,66%	241.529	5,94%	4,06
Goiás	1.826.480	874.785	12,30%	410.520	5,77%	7,11
Maranhão	1.625.590	847.463	11,91%	374.399	5,26%	7,11
Minas Gerais	6.221.880	3.238.837	15,21%	1.492.290	7,01%	21,29

Estado	Total de doses recebidas	1ª dose aplicada	% população vacinada com 1ª dose	2ª dose aplicada	% população vacinada com 2ª dose	Tamanho população (milhões)
Mato Grosso do Sul	753.510	483.387	17,21%	214.302	7,63%	2,81
Mato Grosso	754.610	404.097	11,46%	176.304	5,00%	3,53
Pará	1.716.490	1.055.662	12,15%	503.188	5,79%	8,69
Paraíba	1.117.508	641.045	15,87%	290.204	7,18%	4,04
Pernambuco	2.418.230	1.352.508	14,06%	643.568	6,69%	9,62
Piauí	759.830	409.326	12,47%	206.035	6,28%	3,28
Paraná	3.063.890	1.726.540	14,99%	970.325	8,43%	11,52
Rio de Janeiro	4.391.120	2.230.089	12,84%	843.701	4,86%	17,37
Rio Grande do Norte	972.340	480.714	13,60%	223.469	6,32%	3,53
Rondônia	357.808	188.991	10,52%	75.984	4,23%	1,80
Roraima	165.060	66.125	10,48%	41.179	6,52%	0,63
Rio Grande do Sul	3.847.650	2.230.373	19,53%	902.335	7,90%	11,42
Santa Catarina	1.831.690	1.040.714	14,35%	555.512	7,66%	7,25
Sergipe	527.080	319.307	13,77%	143.434	6,19%	2,32
São Paulo	11.592.868	7.452.931	16,10%	4.230.375	9,14%	46,29
Tocantins	352.250	169.850	10,68%	83.827	5,27%	1,59

Nota: Levantamento em 30/04/2021 com dados apurados em 29/04/2021.

Fonte: Consórcio de veículos de imprensa

Elaboração: Ideies / Findes

BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Publicação do Ideies – Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo

ISSN 2595-9247

Entidade da Fines | Gerência de Estudos Econômicos

Revisão

Marcelo Barbosa Saintive

Sílvia Buzzone de Souza Varejão

Elaboração

Sumário Executivo – Jordana Teatini Duarte

Atividade Econômica – Jordana Teatini Duarte e Marcos Vinícius Chaves Morais

Desempenho Industrial – Thais Maria Mozer

Preços, Juros e Crédito – Marcos Vinícius Chaves Morais e Balmore Alírio Cruz Aguilar

Finanças Públicas Estaduais – Marcos Vinícius Chaves Morais

Comentários Finais – Jordana Teatini Duarte

Anexo de gráficos e tabelas – Balmore Alírio Cruz Aguilar

 (27) 3334-5689 |  ideies.org.br |  @ideies |  (27) 98818-2897